

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	38
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	89
Proposta de Orçamento de Capital	116

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	119
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	123
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	124
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	125

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	13.396.000
Preferenciais	0
Total	13.396.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	41.061.759	42.764.396	43.103.483
1.01	Ativo Circulante	2.564.063	2.322.930	1.927.436
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	847.695	796.696	554.350
1.01.02	Aplicações Financeiras	717.325	430.914	378.413
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	717.325	430.914	378.413
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	717.325	430.914	378.413
1.01.03	Contas a Receber	757.580	868.576	741.977
1.01.03.01	Clientes	757.580	868.576	741.977
1.01.04	Estoques	3.787	3.185	2.517
1.01.06	Tributos a Recuperar	109.731	103.703	90.436
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	109.731	103.703	90.436
1.01.07	Despesas Antecipadas	41.328	42.532	55.718
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	86.617	77.324	104.025
1.01.08.03	Outros	86.617	77.324	104.025
1.02	Ativo Não Circulante	38.497.696	40.441.466	41.176.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	812.717	827.762	1.432.935
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	676.306	695.794	642.928
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	676.306	695.794	642.928
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	0	0	401.227
1.02.01.04	Contas a Receber	6.060	10.795	8.882
1.02.01.07	Tributos Diferidos	130.351	121.173	379.881
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	0	17
1.02.03	Imobilizado	37.013.992	38.956.869	39.063.849
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.866.078	38.425.638	38.626.105
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	147.914	531.231	437.744
1.02.04	Intangível	670.987	656.835	679.263
1.02.04.01	Intangíveis	670.987	656.835	679.263

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	41.061.759	42.764.396	43.103.483
2.01	Passivo Circulante	2.647.812	2.539.955	2.254.884
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.086	32.313	32.945
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.696	5.051	5.636
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.390	27.262	27.309
2.01.02	Fornecedores	793.016	798.034	704.465
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	793.016	798.034	704.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	158.213	168.265	182.499
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	144.355	140.395	143.395
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	144.355	140.395	143.395
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	12.470	3.200	11.206
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.388	24.670	27.898
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.181.101	1.061.882	913.186
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.583	920.887	846.305
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.024.583	920.887	846.305
2.01.04.02	Debêntures	151.723	135.094	62.168
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.795	5.901	4.713
2.01.05	Outras Obrigações	105.516	134.959	32.100
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	105.516	134.959	32.100
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	105.516	134.959	32.100
2.01.06	Provisões	382.880	344.502	389.689
2.01.06.02	Outras Provisões	382.880	344.502	389.689
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	382.880	344.502	389.689
2.02	Passivo Não Circulante	30.365.532	30.637.340	29.590.509
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	26.776.134	27.212.920	27.919.159
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	26.174.225	26.500.380	27.122.565
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	26.174.225	26.500.380	27.122.565
2.02.01.02	Debêntures	598.061	706.435	791.548

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.848	6.105	5.046
2.02.04	Provisões	3.589.398	3.424.420	1.671.350
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	175.768	221.930	138.189
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.072	8.801	6.125
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	165.696	213.129	132.064
2.02.04.02	Outras Provisões	3.413.630	3.202.490	1.533.161
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	3.413.630	3.202.490	1.533.161
2.03	Patrimônio Líquido	8.048.415	9.587.101	11.258.090
2.03.01	Capital Social Realizado	13.388.510	13.383.522	13.378.533
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-5.340.095	-3.796.421	-2.120.443

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.275.455	6.249.120	5.764.413
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.014.944	-5.093.004	-4.276.617
3.03	Resultado Bruto	1.260.511	1.156.116	1.487.796
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-170.905	-206.889	-196.056
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-170.905	-206.889	-196.056
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.089.606	949.227	1.291.740
3.06	Resultado Financeiro	-2.642.458	-2.366.522	-2.294.383
3.06.01	Receitas Financeiras	339.038	165.471	275.685
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.981.496	-2.531.993	-2.570.068
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.552.852	-1.417.295	-1.002.643
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.178	-258.683	151.829
3.08.02	Diferido	9.178	-258.683	151.829
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.543.674	-1.675.978	-850.814
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.543.674	-1.675.978	-850.814
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,1152	-0,1251	-0,0635
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,1152	-0,1251	-0,0635

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.543.674	-1.675.978	-850.814
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.543.674	-1.675.978	-850.814

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.313.015	2.869.151	2.695.913
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-131.663	391.253	-48.875
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.130.353	-3.018.058	-2.933.972
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	50.999	242.346	-286.934
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	796.696	554.350	741.217
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	847.695	796.696	454.283

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.383.522	0	0	-3.796.421	0	9.587.101
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.383.522	0	0	-3.796.421	0	9.587.101
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.988	0	0	0	0	4.988
5.04.01	Aumentos de Capital	4.988	0	0	0	0	4.988
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.543.674	0	-1.543.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.543.674	0	-1.543.674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.388.510	0	0	-5.340.095	0	8.048.415

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.378.533	0	0	-2.120.443	0	11.258.090
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.378.533	0	0	-2.120.443	0	11.258.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.989	0	0	0	0	4.989
5.04.01	Aumentos de Capital	4.989	0	0	0	0	4.989
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.675.978	0	-1.675.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.675.978	0	-1.675.978
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.383.522	0	0	-3.796.421	0	9.587.101

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.373.545	0	0	-1.269.629	0	12.103.916
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.373.545	0	0	-1.269.629	0	12.103.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.988	0	0	0	0	4.988
5.04.01	Aumentos de Capital	4.988	0	0	0	0	4.988
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-850.814	0	-850.814
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-850.814	0	-850.814
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.378.533	0	0	-2.120.443	0	11.258.090

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	7.441.275	7.255.181	6.726.380
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.441.275	7.255.181	6.726.380
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.156.950	-3.394.927	-2.627.732
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.059.807	-2.205.183	-1.948.111
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-145.645	-181.410	-168.972
7.02.04	Outros	-951.498	-1.008.334	-510.649
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.284.325	3.860.254	4.098.648
7.04	Retenções	-1.890.682	-1.767.877	-1.708.076
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.890.682	-1.767.877	-1.708.076
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.393.643	2.092.377	2.390.572
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	339.038	165.471	275.685
7.06.02	Receitas Financeiras	339.038	165.471	275.685
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.732.681	2.257.848	2.666.257
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.732.681	2.257.848	2.666.257
7.08.01	Pessoal	136.873	134.742	131.489
7.08.01.01	Remuneração Direta	82.209	82.449	80.155
7.08.01.02	Benefícios	24.416	25.823	23.491
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.987	7.516	6.874
7.08.01.04	Outros	22.261	18.954	20.969
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.156.641	1.264.744	810.138
7.08.02.01	Federais	1.048.256	1.179.884	767.287
7.08.02.02	Estaduais	108.385	84.860	42.851
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.982.841	2.534.340	2.575.444
7.08.03.01	Juros	2.981.496	2.531.993	2.570.068
7.08.03.02	Aluguéis	1.345	2.347	5.376
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.543.674	-1.675.978	-850.814
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.543.674	-1.675.978	-850.814

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 2025



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Relatório desenvolvido pela DAFRI (Diretoria Administrativa Financeira e de Relações com Investidores)
(61) 3410-2010 | contabilidade@norteenergiasa.com.br | www.norteenergiasa.com.br



Sumário

Mensagem da Administração.....2

1.Perfil Corporativo e Modelo de Negócio.....4

1.1 Perfil Corporativo.....4

1.2 Empreendimento e Modelo de Negócio4

2.Governança Corporativa.....6

2.1 Estrutura de Governança.....6

2.2 Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance7

2.3 Auditoria Interna e Auditoria Independente8

3.Sustentabilidade e Socioambiental..... 10

3.1Estratégica ESG e Governança 10

3.2 Licenciamento Ambiental e Condicionantes..... 10

3.3 Destaques Socioambientais de 2025..... 11

3.4 Riscos e Compromissos Relevantes..... 12

4.Desempenho Operacional 14

4.1 Geração de Energia e Disponibilidade..... 14

4.2 Confiabilidade dos Ativos..... 14

4.3 Segurança de Barragens e Continuidade Operacional..... 14

4.4 Principais Riscos Operacionais 15

5.Regulação e Comercialização 17

5.1 Comercialização de Energia e Gestão de Riscos 17

5.2 Principais Eventos Regulatórios..... 18

5.3 Encargos Setoriais 18

6.Pessoas, Saúde e Segurança 21

6.1Pessoas e Força de Trabalho..... 21

6.2 Saúde e Segurança no Trabalho..... 21

7.Desempenho Econômico-Financeiro 23

7.1 Indicadores de Desempenho e Visão Geral do Exercício..... 23

7.2 Liquidez, Endividamento e Gestão Financeira 23

7.3 Projeções e Perspectivas 24



Mensagem da Administração

O exercício de 2025 foi marcado por desafios relevantes no contexto hidrológico e regulatório do setor elétrico, exigindo da Norte Energia elevada disciplina operacional, rigor na gestão financeira e o fortalecimento contínuo de suas práticas de governança. Ainda assim, a Companhia manteve a continuidade operacional do Complexo Hidrelétrico Belo Monte, preservou sua liquidez e avançou em temas estruturantes essenciais para a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

Diante de um ambiente caracterizado por maior complexidade operacional e incertezas de mercado, a Administração permaneceu focada na confiabilidade dos ativos, no cumprimento das obrigações regulatórias e socioambientais e na mitigação dos riscos associados às condições hidrológicas adversas e à dinâmica do setor elétrico. Paralelamente, foram adotadas medidas de gestão financeira e comercial que contribuíram para atenuar os impactos sobre o resultado do exercício, reforçando a resiliência da Companhia.

Ao longo do ano, a Norte Energia assegurou a geração de energia de forma confiável, contribuindo para o atendimento do Sistema Interligado Nacional (SIN), especialmente nos períodos de maior demanda. Esse desempenho, resultou na geração de 30.691 GWh evitando a emissão de 12,5 milhões de toneladas de CO₂ o que reflete sobretudo o comprometimento com as questões ambientais, o compromisso permanente com a excelência operacional e a gestão responsável de seus ativos, integrando eficiência energética, responsabilidade socioambiental e resiliência frente aos desafios climáticos.

No campo econômico-financeiro, a Companhia seguiu direcionada à preservação do equilíbrio financeiro e da solidez de sua estrutura de capital. A disciplina na gestão de custos, aliada a decisões estratégicas no âmbito financeiro e comercial, contribuiu para a manutenção da liquidez e para a ampliação da previsibilidade dos resultados, mesmo diante de um cenário setorial desafiador.

A inovação e o aprimoramento dos processos de gestão e governança permaneceram como vetores estratégicos da atuação da Norte Energia em 2025. Avançamos na adoção de soluções tecnológicas e no fortalecimento dos mecanismos de controle, com foco na eficiência operacional, na qualidade da informação e no suporte à tomada de decisões.

A atuação institucional e regulatória foi conduzida de forma técnica, transparente e propositiva, com participação ativa nos debates do setor elétrico e busca contínua por soluções que promovam segurança jurídica, equilíbrio regulatório e sustentabilidade econômica para a Companhia e para o setor como um todo.

No âmbito socioambiental, mantivemos o compromisso com o diálogo permanente, o respeito às comunidades e o desenvolvimento sustentável da região, se posicionando recorrentemente como um dos vetores de criação de expectativa da população do entorno observando rigorosamente as condicionantes e obrigações aplicáveis à operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte

A Norte Energia segue comprometida como vetor de segurança do SIN, com a transparência, a boa governança e a criação de valor no longo prazo, observando as melhores práticas corporativas e regulatórias aplicáveis ao setor elétrico. Encerramos 2025 confiantes na solidez da estratégia adotada e na capacidade da Companhia de enfrentar desafios, capturar oportunidades e contribuir de forma responsável e sustentável para o desenvolvimento do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Perfil Corporativo e Modelo de Negócio



1. Perfil Corporativo e Modelo de Negócio

1.1 Perfil Corporativo

A Norte Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), com controle compartilhado entre acionistas de diferentes segmentos, incluindo empresas do setor elétrico e fundos de previdência complementar. Sua estrutura acionária permaneceu estável em 2025, refletindo a diversidade e a solidez de sua base de investidores, bem como o alinhamento de longo prazo com a operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

A Companhia é responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, empreendimento estratégico para o SIN. Em 2015, obteve a Licença de Operação (LO) nº 1.317/2015, concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), marco que consolidou a transição do empreendimento da fase de implantação para a operação comercial.

O contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Belo Monte prevê prazo de 35 anos, acrescido de 319 dias conforme o Terceiro Termo Aditivo e de mais 2 dias conforme o Quarto Termo Aditivo, refletindo ajustes regulatórios reconhecidos pela autoridade concedente.

As atividades da Companhia seguem distribuídas entre Brasília (DF), onde está localizada a sede administrativa, Altamira (PA) e Vitória do Xingu (PA), municípios diretamente relacionados à operação do empreendimento. Ao final de 2025, a Norte Energia mantinha um quadro funcional próprio compatível com a fase operacional do ativo, preservando a eficiência, a segurança e a continuidade das operações.

1.2 Empreendimento e Modelo de Negócio

O Complexo Hidrelétrico Belo Monte está localizado no rio Xingu, no estado do Pará, e integra a matriz elétrica nacional como fonte de energia renovável. Com capacidade instalada de 11.233,1 MW e garantia física de 4.571 MW médios, o empreendimento contribui de forma relevante para a segurança energética do país, a modicidade tarifária e a diversificação regional da geração.

O empreendimento integra o SIN, desempenhando papel relevante no atendimento à demanda de energia elétrica e no equilíbrio da matriz energética brasileira, a partir da complementaridade hidrológica entre as diferentes regiões do país.

O modelo de negócio da Norte Energia é fundamentado na geração de energia elétrica a partir de fonte renovável, desempenhando papel estratégico na transição energética brasileira e na oferta de energia limpa e de baixo carbono ao SIN. A comercialização de energia é estruturada em conformidade com os contratos e os mecanismos previstos no setor elétrico brasileiro assegurando estabilidade, previsibilidade e aderência regulatória.

A Companhia adota uma gestão integrada entre operação, regulação e comercialização, incorporando critérios ambientais, sociais e de governança às suas decisões com foco na mitigação de riscos, no uso eficiente dos recursos, na previsibilidade de receitas e na criação de valor sustentável no longo prazo, em conformidade com o contrato de concessão e com as normas regulatórias vigentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Governança Corporativa



2. Governança Corporativa

A governança corporativa da Norte Energia está fundamentada nos princípios de integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade. Buscamos o aprimoramento contínuo de suas práticas, com foco na adequada supervisão da estratégia, na gestão responsável do empreendimento e na criação de valor no longo prazo, em linha com seus compromissos corporativos e com a agenda *Environmental, Social and Governance* (ESG).

A Norte Energia adota prática consistente de transparência e prestação de contas ao mercado, com demonstrações financeiras revisadas por auditoria independente e divulgação regular de informações por meio de seus canais institucionais e nos sistemas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nos termos da legislação aplicável.

2.1 Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Norte Energia é composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal. A Gerência de Governança e Negócios apoia o funcionamento desses órgãos, contribuindo para a qualidade das pautas, a adequada formalização das deliberações e o acompanhamento dos encaminhamentos.

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é a instância máxima de deliberação da Norte Energia, formada pelos acionistas, com competência para decidir sobre matérias relevantes, em conformidade com a legislação vigente e com o Estatuto Social.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela orientação estratégica dos negócios e pela supervisão da gestão, incluindo, entre suas atribuições, a eleição e destituição de diretores, a definição de suas atribuições e o estabelecimento de políticas corporativas. O Conselho é constituído por doze membros, incluindo dois membros independentes, e observa a segregação de funções entre o Presidente do Conselho de Administração e o Diretor-Presidente, conforme previsto no Estatuto Social.

Os conselheiros são eleitos para mandatos unificados de dois anos, sendo permitidas reconduções, em processo que observa os requisitos legais e as diretrizes estatutárias.

Conselho de Administração (31 de dezembro de 2025)

Membros Efetivos	Cargo
Rodrigo Lima Nascimento	Presidente
Carla Andrade Souza e Andrade Pinto Werdine Machado	Conselheira
Ruy Flaks Schneider	Conselheiro
Élio Gil Meirelles Wolff	Conselheiro
Camila Gualda Sampaio Araujo	Conselheira
Carlos Alberto Nolasco	Conselheiro
Ana Maria Loureiro Recart	Conselheira
Solange Maria Pinto Ribeiro	Conselheira
Ludmila Lopes Nascimento Brasil	Conselheira
Thadeu Carneiro da Silva	Conselheiro
Marina Freitas Gonçalves de Araujo Grossi	Conselheira Independente
Rafael Salvador Grisolia	Conselheiro Independente

Norte Energia | Relatório da Administração 2025
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento apoiam o Conselho de Administração em temas estratégicos e específicos de sua competência, contribuindo para a análise técnica de matérias e para o fortalecimento do processo decisório. Esses comitês não exercem funções executivas e atuam conforme atribuições estabelecidas nos instrumentos de governança aplicáveis.

A relação dos Comitês de Assessoramento e suas atribuições permanece conforme a versão vigente, não tendo sido registradas alterações estruturais relevantes no exercício.

Diretoria

A Diretoria é responsável pela gestão e representação da Companhia e é composta por Diretor-Presidente, Diretor de Operação e Manutenção, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Regulação e Comercialização, conforme o Estatuto Social. A Diretoria é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição.

Diretoria (31 de dezembro de 2025)	
Nome	Cargo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
Júlio César de Oliveira Freitas	Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Wady Charone Júnior	Diretor de Operação e Manutenção
Sílvia Curia de Melo Cabral	Diretora de Regulação e Comercialização

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, atua como órgão de fiscalização dos atos de gestão, emitindo pareceres e acompanhando matérias de sua competência, inclusive relacionadas às demonstrações financeiras e à supervisão dos controles. Ao final de 2025, o Conselho Fiscal contava com cinco membros.

Conselho Fiscal (31 de dezembro de 2025)	
Membros Efetivos	Cargo
Marcos José Lopes	Presidente
Luiz Eduardo Marques Moreira	Conselheiro
Ronaldo Alves Pereira Pires	Conselheiro
Daniel Peconick Silva	Conselheiro
Cairê Moura Franco	Conselheiro

Gerência de Governança e Negócios

A Gerência de Governança e Negócios atua na consolidação de princípios, normas, estruturas e processos que suportam o sistema de governança corporativa, contribuindo para o relacionamento com acionistas e para o adequado funcionamento dos órgãos estatutários, com foco na geração de valor sustentável.

2.2 Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance

A Companhia mantém estrutura dedicada de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, com o objetivo de fortalecer a governança corporativa e apoiar a Administração na tomada de decisões com maior eficiência, transparência e confiança, assegurando conformidade com leis, regulamentos e normativos internos.



A gestão de riscos é conduzida de forma integrada, com identificação e monitoramento de riscos relevantes ao negócio, incluindo riscos operacionais, financeiros, regulatórios e socioambientais, e acompanhamento de planos de mitigação, com reporte periódico à Administração e às instâncias de governança.

O ambiente de controles internos está incorporado às rotinas corporativas e visa contribuir para a confiabilidade das informações, a mitigação de riscos relevantes e o alcance dos objetivos estratégicos, reforçando a integridade e a confiança institucional junto às partes interessadas.

No âmbito de integridade, a Norte Energia mantém Programa de Integridade estruturado, com mecanismos de prevenção, detecção e resposta a desvios de conduta, incluindo Canal de Denúncias independente, acessível a públicos interno e externo e que permite relatos anônimos, com diretrizes de confidencialidade e imparcialidade nos processos de apuração. Em 2025, a Companhia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos e ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial da CGU.

2.3 Auditoria Interna e Auditoria Independente

A Auditoria Interna integra o sistema de governança da Companhia e atua de forma independente, com reporte ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos, contribuindo para o aprimoramento dos processos, dos controles e da conformidade.

Seu planejamento anual é estruturado com base nos principais riscos corporativos e nas prioridades da Companhia, com acompanhamento sistemático do andamento dos trabalhos e das recomendações junto às instâncias de governança. Os resultados e recomendações são comunicados periodicamente, contribuindo para a transparência e para o fortalecimento do ambiente de controles.

As demonstrações financeiras são auditadas por auditoria independente, reforçando a confiabilidade das informações divulgadas ao mercado. Para os exercícios de 2025 e 2024, as Demonstrações Financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers (PwC).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Sustentabilidade e Socioambiental



3. Sustentabilidade e Socioambiental

Em 2025, a Norte Energia manteve a sustentabilidade integrada às decisões de negócio, reforçando sua atuação como provedora de energia renovável e como agente relevante para o desenvolvimento regional na Amazônia. Seguimos orientada por uma agenda ESG que busca conciliar eficiência operacional, conformidade regulatória, proteção ambiental e geração de valor de longo prazo para acionistas, financiadores e sociedade, com governança dedicada e mecanismos de transparência e prestação de contas.

3.1 Estratégica ESG e Governança

A estratégia de sustentabilidade da Norte Energia permaneceu ancorada em pilares corporativos voltados à energia renovável, ao desenvolvimento socioeconômico regional e à proteção ambiental da Amazônia. Em 2025, a Norte Energia avançou na consolidação de sua agenda ESG por meio do fortalecimento de sua governança, do aprimoramento de práticas de transparência e do monitoramento contínuo de temas materiais associados à operação e ao relacionamento com partes interessadas.

No campo de reporte corporativo, a Companhia elaborou seu Relatório de Sustentabilidade com asseguuração por terceira parte independente, reforçando a consistência e a transparência das informações divulgadas e direcionando o detalhamento de indicadores e programas para esse documento específico.

A governança para a sustentabilidade manteve estrutura dedicada, incluindo Comitê de Sustentabilidade (não estatutário) com participação de membros do Conselho de Administração, reforçando a supervisão em nível estratégico e a integração da agenda ESG às instâncias decisórias.

No eixo social, mantivemos iniciativas estruturadas relacionadas a direitos humanos e integridade, incluindo ações de disseminação da cultura de respeito aos direitos fundamentais ao longo da cadeia de valor e mecanismos de reporte e tratamento de desvios. No período, não houve registros de denúncias relacionadas a Direitos Humanos nos canais de *Compliance*.

No relacionamento com povos indígenas e temas de governança territorial, destacaram-se avanços estruturantes, incluindo o início da revisão da Matriz de Impactos e do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena, bem como a elaboração de Planos de Consulta para as Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu, alinhados à Consulta Prévia, Livre e Informada (CLPI) e à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fortalecendo processos participativos e a gestão de riscos socioambientais associados ao território.

3.2 Licenciamento Ambiental e Condicionantes

O Complexo Hidrelétrico Belo Monte permanece operando sob a vigência da LO nº 1.317/2015, em razão do pedido de renovação protocolado pela Norte Energia em 16/07/2021, nos termos da legislação aplicável.

Ao longo do exercício, mantivemos interlocução técnica contínua com o órgão licenciador e demais intervenientes, com reporte periódico do atendimento às condicionantes e demais obrigações associadas ao licenciamento. Em 2025, foram realizados eventos técnicos de acompanhamento junto ao Ibama e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) voltados à apresentação de resultados, alinhamentos e pontos de atenção relacionados à execução dos programas socioambientais.

Considerando o histórico do Projeto Básico Ambiental (PBA), originalmente composto por 117 projetos, atualmente permanecem em execução 42 projetos, refletindo a progressiva conclusão e encerramento regular de ações previstas no licenciamento.



No período, permaneceram relevantes as discussões institucionais sobre as condições de operação da usina associadas ao regime de vazões aplicável, com manutenção da operação sob regime mais restritivo (hidrograma B). Em agosto de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Ibama o fortalecimento do diálogo técnico com atores do setor elétrico, incluindo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), de modo a considerar potenciais impactos de alterações propostas sobre geração, segurança energética e custos aos consumidores. Em 19 de dezembro de 2025, o Ministério de Minas e Energia formalizou manifestação ao Ibama ressaltando a importância da preservação das condições associadas ao Hidrograma de Consenso, com vistas a assegurar previsibilidade e segurança sistêmica. Nesse contexto, a Norte Energia vem adotando medidas administrativas e judiciais para resguardar as condições estabelecidas nos atos aplicáveis.

3.3 Destaques Socioambientais de 2025

Em 2025, a Norte Energia registrou avanços relevantes na gestão socioambiental, com foco no cumprimento de obrigações do licenciamento ambiental, no fortalecimento da governança socioambiental e no relacionamento estruturado com partes interessadas.

No exercício, destacaram-se entregas e encaminhamentos institucionais relacionados a infraestruturas e ativos construídos pelo empreendimento, com destinação ao poder público e incorporação à gestão local de 65 estruturas, reforçando compromissos assumidos no contexto do licenciamento e do desenvolvimento regional.

No relacionamento com populações ribeirinhas e comunidades do território, a Companhia intensificou o diálogo institucional com a participação de atores relevantes, incluindo órgãos públicos e representantes comunitários, visando ao acompanhamento e à evolução das ações associadas ao Projeto Ribeirinho. Na Volta Grande do Xingu, foi realizada nova rodada de avaliação de condições de vida, com série histórica contínua, permitindo o acompanhamento estruturado do cenário socioeconômico e de aspectos do modo de vida local, em suporte à gestão socioambiental do empreendimento.

Em relação ao público pescador, a Companhia concluiu a análise de estudos de casos para elegibilidade à verba de reparação imposta pelo órgão licenciador, com validação de critérios e definição de pescadores elegíveis, além de manter interlocução técnica com órgãos competentes para o alinhamento de medidas de prevenção e mitigação associadas à atividade pesqueira.

No campo ambiental, a Norte Energia manteve e aprimorou suas iniciativas de conservação e restauração, com fortalecimento de parcerias e participação em agendas colaborativas voltadas à região amazônica. Também se destacaram reconhecimentos institucionais relacionados a iniciativas de restauração e conservação. As atividades de monitoramento ambiental seguem contribuindo para a base de conhecimento sobre a região e apoiando a gestão ambiental do empreendimento.

Na agenda climática, a Companhia reforçou seu posicionamento e a transparência sobre emissões, com inventário corporativo verificado e reconhecimento no âmbito do Programa Brasileiro *Greenhouse Gas Protocol* (GHG) *Protocol*. No período, a Norte Energia reportou redução expressiva nas emissões totais em comparação ao ano-base anterior, refletindo aprimoramentos de gestão e eficiência. Adicionalmente, estudo publicado em 2025 indicou baixa intensidade de emissões associada ao reservatório de Belo Monte, reforçando o papel do empreendimento no contexto da transição energética.

No componente indígena, a execução do PBA-CI manteve ações junto às Terras Indígenas atendidas e registrou avanços relevantes em governança territorial e desenvolvimento sustentável. Destacaram-se entregas



associadas a planos territoriais e de proteção, fortalecimento institucional de organizações indígenas e iniciativas voltadas à geração de renda e valorização cultural, em alinhamento aos compromissos assumidos e ao relacionamento com partes interessadas.

Além disso, deu-se início ao processo de revisão da matriz de impactos e do PBA-CI, à luz do que preconiza a Convenção 169 da OIT.

3.4 Riscos e Compromissos Relevantes

A Norte Energia avalia continuamente os riscos socioambientais associados às suas atividades, considerando potenciais impactos operacionais, regulatórios, reputacionais e financeiros. Essa avaliação integra os processos corporativos e orienta a definição de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, reforçando o compromisso com uma atuação responsável ao longo do ciclo de vida do empreendimento.

Como parte de sua estratégia de conformidade ambiental e social, a Norte Energia adota referenciais internacionais de boas práticas para identificação, avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais, incluindo padrões alinhados aos Princípios do Equador. Os compromissos socioambientais assumidos são submetidos a auditorias independentes periódicas, com reporte público, reforçando a transparência e a prestação de contas.

Para os próximos exercícios, permanecem como temas materiais: (i) a evolução do processo de renovação e acompanhamento da LO; (ii) o desfecho institucional relacionado às condições de operação e ao regime de vazões aplicável; (iii) o fortalecimento contínuo do relacionamento com partes interessadas e da governança territorial; e (iv) a manutenção de mecanismos de conformidade e transparência alinhados às melhores práticas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Operação e Manutenção



4. Desempenho Operacional

Em 2025, o desempenho operacional da Norte Energia refletiu, de forma preponderante, as condições hidrológicas observadas ao longo do exercício, exigindo elevada disciplina operacional e gestão eficiente dos ativos. Mesmo em um contexto desafiador, a Companhia manteve a confiabilidade, a disponibilidade e a segurança de suas instalações, assegurando a continuidade operacional e o atendimento ao papel sistêmico da Usina Hidrelétrica Belo Monte no (SIN).

4.1 Geração de Energia e Disponibilidade

A geração de energia do Complexo Hidrelétrico Belo Monte em 2025 esteve alinhada às condições hidrológicas efetivamente verificadas, com vazões afluentes ao rio Xingu inferiores à média de longo termo em parte relevante do período. Esse cenário impactou o volume total de energia produzida ao longo do exercício, refletindo a variabilidade hidrológica observada.

Apesar desse contexto, a Companhia manteve níveis adequados de disponibilidade operacional, compatíveis com as características técnicas do empreendimento e com os requisitos regulatórios aplicáveis. No quarto trimestre de 2025, a geração superou a registrada no mesmo período do exercício anterior, beneficiada por condições hidrológicas mais favoráveis no mês de dezembro. Em determinados momentos, o Complexo Hidrelétrico Belo Monte respondeu por mais de 9% da demanda do SIN em patamares de carga pesada, contribuindo para a redução do despacho térmico e para a recuperação dos níveis de armazenamento na região Sudeste.

Os indicadores regulatórios de disponibilidade permaneceram aderentes aos referenciais estabelecidos, tanto para a Usina Hidrelétrica Belo Monte quanto para a Usina Hidrelétrica Pimental, reforçando a consistência operacional do Complexo ao longo do exercício.

4.2 Confiabilidade dos Ativos

Ao longo de 2025, a Companhia manteve foco permanente na confiabilidade e na integridade de seus ativos, em um ambiente operacional marcado por maior exigência do sistema elétrico e elevada modulação do despacho. Mesmo diante desse cenário, o Complexo Hidrelétrico Belo Monte operou de forma estável, sem comprometer a continuidade da geração.

O acompanhamento sistemático do desempenho operacional, por meio de indicadores-chave de confiabilidade e disponibilidade, permitiu a identificação tempestiva de desvios e a adoção de medidas corretivas e preventivas, contribuindo para a mitigação de riscos de indisponibilidade e para a preservação do valor dos ativos. Como resultado, aencerramos o exercício com níveis elevados de confiabilidade operacional, compatíveis com a escala e a complexidade do empreendimento.

4.3 Segurança de Barragens e Continuidade Operacional

A Norte Energia manteve a segurança de barragens como prioridade estratégica em 2025. As estruturas do Complexo Hidrelétrico Belo Monte mantiveram plena conformidade com o arcabouço legal e regulatório aplicável, com execução regular das inspeções obrigatórias e acompanhamento contínuo das condições de segurança.

Os planos e procedimentos associados à gestão da segurança de barragens e à resposta a emergências permaneceram implementados e operacionais, em articulação com os órgãos competentes. Ao longo do



exercício, não foram registrados eventos que comprometessem a integridade das estruturas ou a continuidade operacional do empreendimento, evidenciando a efetividade do modelo de governança e de gestão de riscos adotado.

4.4 Principais Riscos Operacionais

Os principais riscos operacionais da Companhia estão associados, predominantemente, à variabilidade hidrológica e à disponibilidade dos ativos de geração e das estruturas associadas, fatores que podem impactar o desempenho operacional e a previsibilidade dos resultados. Considerando a natureza renovável e limpa da fonte hidrelétrica, esses riscos são geridos de forma integrada à estratégia de sustentabilidade da Norte Energia, reconhecendo a interdependência entre desempenho operacional, gestão ambiental e resiliência climática.

A mitigação desses riscos é conduzida por meio de planejamento operacional estruturado, monitoramento contínuo do desempenho dos ativos e priorização de intervenções, com foco na redução de indisponibilidades não programadas e na preservação da confiabilidade operacional. Com esse modelo de gestão, a Companhia manteve um perfil de risco operacional controlado e compatível com a natureza e a relevância estratégica de seus ativos, assegurando a continuidade do negócio e a geração limpa, renovável e sustentável de valor no longo prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Regulação e Comercialização



5. Regulação e Comercialização

A comercialização de energia em 2025 foi um dos principais vetores de geração de resultados, refletindo a estratégia de gestão do portfólio da Companhia, desde a tomada de decisão da sazonalização da garantia física até o acompanhamento sistemático das condições de mercado. Além disso, o resultado do ano foi impulsionado por uma operação estruturada de compra e venda de energia, que contribuiu para o aumento do volume comercializado.

Toda a comercialização de energia realizada pela Norte Energia no mercado livre segue critérios estabelecidos na Política de Risco de Comercialização do Ativo e na Política de Risco de Crédito de Contrapartes, de modo a restringir os riscos inerentes ao mercado de energia e manter o portfólio de comercialização majoritariamente composto por contrapartes sólidas.

Esse conjunto de fatores resultou em um aumento do resultado da comercialização em 7%, quando comparado com 2024, ou um aumento da ordem de R\$ 389 milhões.

Em 2025, o ambiente regulatório foi marcado por avanços relevantes no âmbito administrativo e legislativo, com potenciais impactos sobre a operação, a estrutura de custos e a exposição regulatória da Companhia. Destacam-se as discussões conduzidas pela ANEEL sobre critérios operativos de corte de energia e o ressarcimento dos custos relacionados à implantação da Subestação Belo Monte, bem como a modernização do marco regulatório do setor elétrico.

Esses movimentos reforçam a relevância do tema regulatório para a estratégia da Norte Energia e contextualizam a análise dos principais eventos, impactos financeiros e pleitos apresentados nos tópicos a seguir.

5.1 Comercialização de Energia e Gestão de Riscos

O portfólio de contratos de venda de energia da Norte Energia tem 70% de sua garantia física comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), 10% da garantia física destinada à autoprodução com seus sócios e 20% da garantia física destinada para cobertura das perdas elétricas da rede básica, cobertura do risco hidrológico (GSF) e comercialização de energia no Ambiente de Comercialização Livre (ACL).

A estratégia de comercialização de energia adotada ao longo de 2025 foi estabelecida com os objetivos de mitigar os riscos associados à volatilidade dos preços de energia no mercado de curto prazo, além de focar a comercialização de energia no submercado Norte para o seu portfólio de contratos de longo prazo, mitigando também os riscos associados ao descolamento de preços entre submercados.

Em outra importante frente da comercialização, os Certificados de Energia Renovável garantem a origem de energia renovável fornecida por Belo Monte e podem ser utilizados pelos consumidores de energia para a compensação das emissões de gases de efeito estufa. Em 2025, a Norte Energia comercializou 2,28 milhões de Certificados de Energia Renovável, sendo uma das grandes impulsionadoras deste mercado. A comercialização de certificados gerou, durante o ano de 2025, receita adicional no valor aproximado de R\$ 821 mil.

Para proteção contra os efeitos do GSF, a Norte Energia aderiu à repactuação do risco hidrológico para a parcela da garantia física destinada ao ACR. Com relação ao risco hidrológico da parcela associada ao ACL e autoprodução, realizamos um conjunto de operações com foco na redução da exposição do portfólio à volatilidade dos preços no mercado de curto prazo.



5.2 Principais Eventos Regulatórios

Os eventos regulatórios mais relevantes para a Norte Energia concentraram-se em decisões e deliberações da ANEEL, bem como em alterações promovidas no âmbito do Poder Legislativo, além do acompanhamento de pleitos administrativos e judiciais com impactos regulatórios e financeiros relevantes.

No campo administrativo, destaca-se o avanço da 3ª Fase da Consulta Pública nº 045/2019, que trata do estabelecimento de critérios operativos para a redução ou limitação de geração, com potencial de mitigar, de forma física ou contábil, os cortes de energia atualmente percebidos por Belo Monte. Tais cortes podem ocorrer por razões energéticas, associadas a situações de sobreoferta de energia no sistema, ou por razões elétricas, quando restrições e critérios operativos não permitem o pleno escoamento da energia gerada. No caso de usinas hidrelétricas sem capacidade de armazenamento incremental, esses cortes se materializam na forma de vertimento turbinável, caracterizado pela perda de potencial de geração de energia.

Ressalta-se, ainda, a deliberação da ANEEL no âmbito da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), que corrigiu os critérios de cálculo da indenização às transmissoras, reduzindo em aproximadamente R\$ 5,6 bilhões os custos a serem pagos pelos acessantes até 2028, com reflexos esperados na redução do Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST). Soma-se a esse conjunto a deliberação relativa à extensão de outorga complementar, que, no caso de Belo Monte, resultou na ampliação do prazo de outorga em dois dias.

Em linha com esse tema, a Norte Energia identificou a necessidade da devida atualização financeira dos lançamentos contábeis associados ao reconhecimento das extensões de outorga anteriormente concedidas à Belo Monte (319 dias, em 2020, e 2 dias, em 2025). Após as interações com as áreas pertinentes da Companhia e com a auditoria externa, concluiu-se pela contabilização de receita adicional da ordem de R\$ 46 milhões.

Ainda no âmbito administrativo, a ANEEL deliberou favoravelmente ao pleito apresentado pela Norte Energia referente ao ressarcimento dos custos adicionais associados à Subestação Belo Monte (SE GIS SF6), tendo a Diretoria Colegiada reconhecido o direito ao ressarcimento no montante de R\$ 13,5 milhões, valor incorporado à contabilização da Câmara de Comercialização de Energia (CCEE) no mês de maio de 2025.

No âmbito legislativo, merece destaque a Medida Provisória nº 1.304/2025, posteriormente convertida na Lei nº 15.269/2025, que promoveu a modernização do marco regulatório do setor elétrico, ao aprimorar, entre outros aspectos, os mecanismos de ressarcimento associados aos cortes de geração, como os eventos de vertimento turbinável, bem como os modelos de despacho e de formação de preços.

Esses eventos reforçam a relevância do ambiente regulatório para a previsibilidade dos custos setoriais e para a gestão ativa dos riscos regulatórios da Companhia.

5.3 Encargos Setoriais

A Companhia está sujeita aos encargos setoriais previstos na regulamentação do setor elétrico, destinados ao custeio de políticas públicas e de custos estruturais do setor. Tais encargos impactam diretamente o resultado econômico-financeiro da Norte Energia e são objeto de acompanhamento e monitoramento contínuos.

Entre os principais encargos, destaca-se o EUST, devido pelos acessantes da rede básica para a remuneração do serviço de transmissão de energia elétrica, bem como a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), prevista na Constituição Federal, que assegura à União, aos Estados e aos Municípios participação nos resultados da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.

Norte Energia | Relatório da Administração 2025
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Adicionalmente, a Norte Energia está sujeita à Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), destinada ao custeio das atividades administrativas e operacionais da ANEEL, ao Uso de Bem Público (UBP), paga à União em contrapartida pela utilização do potencial hidráulico, à Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH-PA), paga à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS-PA), bem como às contribuições associativas devidas ao ONS e à CCEE.

Esses encargos representam parcela relevante dos custos operacionais da Companhia, conforme detalhado na tabela a seguir, com impactos diretos sobre o seu resultado econômico-financeiro.

Encargo	Beneficiário	Ordem de grandeza em 2025
EUST	Transmissoras e ONS	R\$ 1.619 MM ¹
CFURH	União, Pará, Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo	R\$ 234 MM
TFSEE	ANEEL	R\$ 49 MM
UBP	União	R\$ 38 MM
TFRH-PA	SEMAS-PA	R\$ 34 MM
Contribuição CCEE	CCEE	R\$ 5 MM
Contribuição ONS	ONS	R\$ 0,8 MM

¹ EUST considerando o pagamento integral do encargo, sem os efeitos do Agravo de Instrumento nº 1042597-30.2022.4.01.0000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Pessoas, Saúde e Segurança



6. Pessoas, Saúde e Segurança

A gestão de pessoas, saúde e segurança permaneceu, em 2025, como um dos pilares de sustentação da estratégia da Norte Energia, assegurando a disponibilidade de competências essenciais, a continuidade operacional e a mitigação dos riscos associados ao capital humano. A Administração manteve foco na eficiência da estrutura organizacional, na preservação da integridade física e mental de seus colaboradores e no fortalecimento de um ambiente de trabalho seguro e alinhado às exigências regulatórias e às melhores práticas de gestão corporativa.

6.1 Pessoas e Força de Trabalho

Ao final de 2025, a Norte Energia contava com 419 colaboradores próprios, distribuídos entre o estado do Pará (316 colaboradores) e o Distrito Federal (113 colaboradores). Esse quadro representou uma redução de 1,4% em relação ao exercício anterior, decorrente de ajustes organizacionais voltados ao aumento da eficiência operacional e à adequação da estrutura à fase atual do empreendimento, sem prejuízo à continuidade das atividades essenciais e à confiabilidade operacional da Companhia.

A Norte Energia manteve uma gestão ativa da força de trabalho, buscando equilíbrio entre estabilidade operacional, retenção de conhecimento crítico e adequada renovação do quadro funcional. Em 2025, a taxa de rotatividade situou-se em 2,08%, refletindo um nível compatível com a maturidade do empreendimento e com a estratégia de gestão de pessoas adotada, em linha com referências observadas no setor elétrico.

A administração do capital humano permaneceu orientada à mitigação de riscos associados à perda de competências-chave, à sucessão de posições críticas e à manutenção da produtividade, com iniciativas voltadas ao fortalecimento do engajamento, à valorização do talento interno e à preservação do conhecimento técnico acumulado, assegurando alinhamento entre pessoas, estratégia e objetivos do negócio.

6.2 Saúde e Segurança no Trabalho

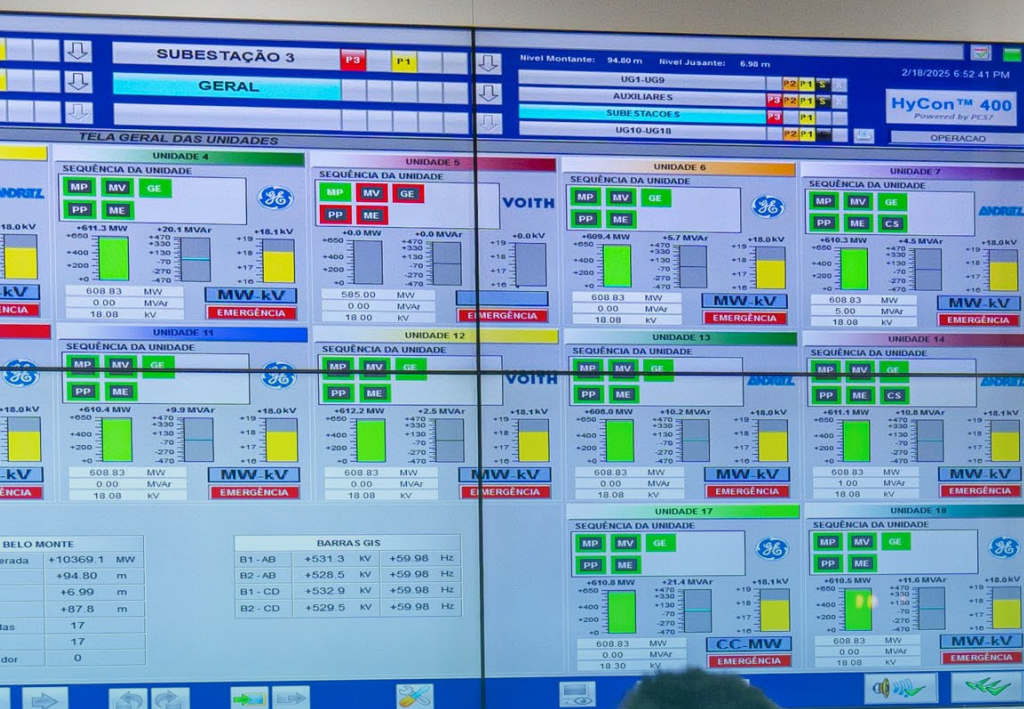
A gestão de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) manteve-se estruturada e integrada aos processos corporativos da Companhia, com foco na prevenção de acidentes, no cumprimento dos requisitos legais e na proteção da integridade física e mental dos colaboradores, reforçando a cultura de segurança e a gestão preventiva de riscos ocupacionais.

Em 2025, os indicadores consolidados de SST refletiram a efetividade dos controles e práticas adotadas. Destaca-se a redução significativa da taxa de frequência de acidentes, que passou de 3,20 em 2024 para 1,18 em 2025, representando uma queda de 63,1% no período, evidenciando evolução consistente do desempenho. Esse resultado decorre do fortalecimento da governança de Saúde e Segurança, da adoção de ferramentas preventivas, como a Observação Comportamental de Segurança, e da atuação mais estruturada na identificação e mitigação de riscos críticos.

O monitoramento contínuo dos riscos ocupacionais e a atuação preventiva contribuíram para a redução de ocorrências relevantes e para a preservação da capacidade operacional. Ao final do exercício, a Norte Energia manteve um ambiente de trabalho seguro e controlado, reforçando seu compromisso com a gestão responsável de pessoas e com a sustentabilidade das operações no longo prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BELO MONTE



norte
USINA HIDRELÉTRICA



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

Desempenho Econômico-Financeiro



7. Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro da Norte Energia em 2025 refletiu a combinação entre condições hidrológicas adversas, o ambiente regulatório do setor elétrico, a dinâmica dos preços de energia e as estratégias adotadas pela Administração para mitigação de riscos, preservação da liquidez e sustentação da continuidade operacional.

Ainda que o exercício tenha sido marcado por prejuízo contábil, mantivemos solidez financeira, geração de caixa operacional recorrente e plena capacidade de honrar seus compromissos operacionais, financeiros e regulatórios, preservando os fundamentos de seu modelo de negócios no longo prazo.

7.1 Indicadores de Desempenho e Visão Geral do Exercício

Em 2025, a receita líquida da Norte Energia totalizou R\$ 6,3 bilhões, representando uma variação de [$\uparrow 0,4$]% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impactado, principalmente, pelo maior preço médio de venda da energia no ACL, decorrente das operações de venda de energia no mercado livre..

O EBITDA atingiu R\$ 2,9 bilhões, com margem de 47,5%, evidenciando a resiliência operacional do empreendimento e a efetividade das ações de controle de custos e despesas, mesmo em um cenário caracterizado por maior pressão hidrológica, elevação dos encargos setoriais e aumento do custo financeiro.

O resultado líquido do exercício foi um prejuízo de R\$ 1,5 bilhões, explicado predominantemente por fatores conjunturais e externos ao controle direto da Companhia.

A elevação da TJLP ao longo do ano exerceu impacto relevante sobre o custo do serviço da dívida, pressionando o resultado financeiro, em um contexto macroeconômico que afetou de forma generalizada projetos intensivos em capital.

Adicionalmente, as condições hidrológicas adversas influenciaram a geração de energia e a exposição ao GSF, com reflexos sobre a necessidade de compra de energia e sobre a formação do resultado operacional.

Os encargos setoriais, em especial aqueles associados ao uso do sistema de transmissão e às políticas públicas do setor elétrico, também representaram parcela relevante dos custos do exercício, afetando o desempenho econômico-financeiro em um contexto de elevada complexidade regulatória.

7.2 Liquidez, Endividamento e Gestão Financeira

Apesar do prejuízo apurado, a liquidez foi preservada ao longo de 2025, sustentada pela geração de caixa operacional, pela previsibilidade dos fluxos financeiros de longo prazo e pela disciplina na gestão do endividamento.

Em 31 de dezembro de 2025, a Norte Energia apresentava caixa e equivalentes de caixa de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão. A avaliação integrada da liquidez, da geração de caixa operacional e do perfil de vencimento das obrigações financeiras indica que a Companhia possui capacidade adequada para honrar seus compromissos, mesmo em um cenário de maior pressão conjuntural.

A Administração destaca que o prejuízo contábil registrado no exercício não se traduz, no curto prazo, em insuficiência de caixa ou em risco à solvência da Companhia, tampouco indica necessidade de reestruturação financeira no exercício findo. O endividamento permanece elevado e reflete a natureza de longo prazo do empreendimento, sendo continuamente monitorado à luz da capacidade de geração de caixa e das condições de mercado.

Norte Energia | Relatório da Administração 2025
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Adicionalmente, a Companhia obteve uma economia tributária de aproximadamente R\$ 288 milhões ao longo do exercício, cuja realização contribuiu positivamente para o caixa. Embora tais efeitos não tenham sido suficientes para reverter o resultado líquido negativo, tiveram papel relevante na preservação da liquidez.

7.3 Projeções e Perspectivas

Com base em análises integradas de natureza financeira, operacional e regulatória, a Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional e concluiu que não foram identificadas incertezas relevantes que possam comprometer a manutenção das atividades no curto prazo, considerando a posição de caixa, a geração de caixa operacional e a previsibilidade dos fluxos financeiros contratados.

Nesse contexto, destaca-se o acompanhamento de processos judiciais relevantes com potencial impacto econômico-financeiro. A Norte Energia mantém liminar vigente relacionada ao excludente de responsabilidade, que afasta a aplicação de penalidades decorrentes de atrasos na entrada em operação da UHE Belo Monte. A Companhia também segue com ação judicial visando à compensação financeira de valores associados a eventos de vertimento turbinável ocorridos no Complexo Belo Monte em desconformidade com as condições originalmente estabelecidas, bem como com processo relacionado à nulidade da TEO Itaipu, com expectativa de êxito favorável e potencial ressarcimento de valores pagos a maior.

A Administração seguirá monitorando a evolução desses temas, avaliando seus reflexos e adotando as medidas cabíveis para mitigar riscos e preservar o equilíbrio econômico-financeiro do empreendimento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Imprensa**

imprensa@norteenergiasa.com.br

Central Belo Monte 24h

0800 091 2810

Website

norteenergiasa.com.br

Brasília - DF

Edifício General Alencastro Torre B - 3º andar
SEPS Q 702/902, Conjunto B, Bloco A - Asa Sul
CEP: 70.390-025 - Fone: +55 61 3410 2010

Vitória do Xingu - PA

Rodovia Transamazônica BR 230
Km 52, S/N - Sítio Belo Monte
CEP: 68.383-970 - Fone: +55 93 3502 4400

Altamira - PA

Av. Tancredo Neves, 5002
Jardim Independente II
CEP: 68.372-222 – Fone: (93) 3502 4400

Este documento contém informações gerais da **Norte Energia S.A.** compreendidas como um conjunto restrito de dados destinados, **exclusivamente**, ao público **deste documento**. O conteúdo constitui informação **sensível** e é **estritamente confidencial**, não podendo ser reproduzido, no todo ou em parte, disponibilizado, distribuído ou transmitido a qualquer pessoa que não seu(s) destinatário(s), bem como **não gera nenhuma obrigação** à Norte Energia – a não ser que expressamente explícito. Em nenhuma hipótese as informações aqui transmitidas poderão ser utilizadas em desacordo com as **Políticas da Companhia**, com os normativos estabelecidos pela **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)** e demais disposições do ordenamento jurídico brasileiro.

Notas Explicativas



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Norte Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

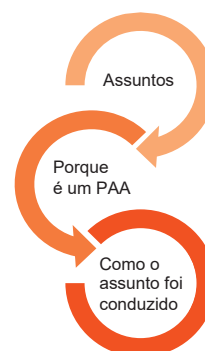
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 3.3.15, 3.4.5 e 25) A Companhia apurou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, considerados recuperáveis com base em estudo elaborado pela administração sobre as projeções de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses tributos. Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos a fim de determinar a base tributária futura advinda das projeções de resultado da Companhia. Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes nas projeções de lucros tributáveis da Companhia e, consequentemente, no valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras, considerando o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não utilizados.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos. Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributários futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos registrados, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, bem como as divulgações feitas sobre o tema, estão consistentes com dados e informações obtidos.
Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível (Notas 3.4.2, 8 e 9) O ativo imobilizado e intangível da Companhia é composto principalmente pelos custos de construção e extensão do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sua única unidade geradora de caixa (UGC). Uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível Companhia. Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como metodologia de fluxo de caixa descontado,

Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da UGC à qual os saldos se relacionam. Essas projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades da UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como metodologia de fluxo de caixa descontado, período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado e intangível. Além dos fatores citados acima, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos esse tema como foco em nossa auditoria.	período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis são consistentes com dados e informações obtidos.
Provisões socioambientais (Notas 3.4.3 e 18)	
A Companhia reconheceu provisões socioambientais relacionadas aos compromissos assumidos em seus contratos de concessão para mitigar impactos ambientais e sociais decorrentes de suas operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos para determinar o valor das provisões, com base nos estudos de impacto ambiental e nas exigências regulatórias aplicáveis. Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes no	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração das provisões socioambientais. Testamos as bases de cálculo das provisões, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com os relatórios de impacto ambiental e as exigências regulatórias correspondentes. Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas nos estudos de impacto e nos planos de mitigação e (ii) do prazo de execução das medidas socioambientais. Avaliamos também se as

Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
valor das provisões socioambientais reconhecidas nas demonstrações financeiras, considerando as condições ambientais e sociais específicas dos projetos em execução.	provisões indicavam valores suficientes para cobrir os compromissos assumidos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Notas Explicativas



Norte Energia S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de janeiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Marcos Magnusson de Carvalho
Signed By: MARCOS MAGNUSSON DE CARVALHO.25101003867
CPF: 25101003867
Signing Time: 28 de janeiro de 2026 | 20:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
serial=2026012810...

Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras

2025



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE



Sumário

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9
1. Informações gerais	9
2. Destaques de 2025	10
3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras	11
4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	19
5. Contas a receber de clientes	20
6. Tributos a recuperar	21
7. Seguros a apropriar	21
8. Imobilizado	21
9. Intangível	23
10. Depósitos judiciais e cauções	25
11. Outros créditos	26
12. Fornecedores	26
13. Outras contas a pagar	27
14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas	28
15. Empréstimos, financiamentos e debêntures	29
16. Transações com Partes relacionadas	30
17. Remuneração dos Administradores e do Conselho fiscal	31
18. Provisões socioambientais	32
19. Patrimônio líquido	32
20. Receita operacional líquida	33
21. Custos de venda de energia	33
22. Custos de operação	34
23. Despesas operacionais	34
24. Resultado financeiro, líquido	34
25. Imposto de renda e contribuição social	35
26. Instrumentos financeiros	37
27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros	40
28. Cobertura de seguros	41



Notas Explicativas

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	847.695	796.696
Aplicações financeiras	4.2	717.325	430.914
Contas a receber de clientes	5	757.580	868.576
Tributos a recuperar	6	109.731	103.703
Seguros a apropriar	7	41.328	42.532
Outros créditos	11	90.404	80.509
Total do ativo circulante		2.564.063	2.322.930
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.c	125.093	115.915
Tributos a recuperar	6	5.258	5.258
Depósitos judiciais e cauções	10	676.306	695.794
Outros créditos	11	6.060	10.795
Imobilizado	8	37.013.992	38.956.869
Intangível	9	670.987	656.835
Total do ativo não circulante		38.497.696	40.441.466
Total do ativo		41.061.759	42.764.396

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	756.678	837.171
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.176.306	1.055.981
Partes relacionadas	16	105.411	94.136
Uso do bem público (UBP) a pagar	9.3	102.682	100.834
Provisões socioambientais	18	280.198	243.668
Outras contas a pagar	13	226.537	208.165
Total do passivo circulante		2.647.812	2.539.955
Não circulante			
Fornecedores	12	199	333
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	26.772.286	27.206.815
Uso do bem público (UBP) a pagar	9.3	235.756	249.214
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	175.768	221.930
Provisões socioambientais	18	2.186.193	2.487.641
Outras contas a pagar	13	995.330	471.407
Total do passivo não circulante		30.365.532	30.637.340
Total do passivo		33.013.344	33.177.295
Patrimônio líquido			
Capital social integralizado	19	13.388.510	13.383.522
Prejuízos acumulados		(5.340.095)	(3.796.421)
Total do patrimônio líquido		8.048.415	9.587.101
Total do passivo e do patrimônio líquido		41.061.759	42.764.396

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação em reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	20	6.275.455	6.249.120
Custos dos serviços:			
Custos da venda de energia	21	(2.059.807)	(2.205.183)
Custos de operação	22	(2.955.137)	(2.887.821)
Lucro bruto		1.260.511	1.156.116
Despesas operacionais:			
Administrativas		(153.614)	(190.966)
Depreciação e amortização		(17.291)	(15.923)
	23	(170.905)	(206.889)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.089.606	949.227
Resultado financeiro:			
Receitas financeiras		339.038	165.471
Despesas financeiras		(2.981.496)	(2.531.993)
	24	(2.642.458)	(2.366.522)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.552.852)	(1.417.295)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.a	9.178	(258.683)
Prejuízo do exercício		(1.543.674)	(1.675.978)
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	19.2	(0,1152)	(0,1251)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(1.543.674)	(1.675.978)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.543.674)</u>	<u>(1.675.978)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Notas Explicativas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.396.000	(17.467)	13.378.533	(2.120.443)	11.258.090
Integralização de capital social	-	4.989	4.989	-	4.989
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.675.978)	(1.675.978)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.396.000	(12.478)	13.383.522	(3.796.421)	9.587.101
Integralização de capital social	-	4.988	4.988	-	4.988
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.543.674)	(1.543.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13.396.000	(7.490)	13.388.510	(5.340.095)	8.048.415

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.552.852)	(1.417.295)
Ajustes do resultado de itens sem desembolso de caixa:		
Depreciação e amortização	1.889.873	1.767.877
Provisão contrato oneroso	426.024	464.386
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.045)	18.874
Provisões	4.599	187
Resultado financeiro	2.642.458	2.366.522
Repactuação do GSF	(448)	-
Baixa de depósitos judiciais	2.836	3.126
Resultado ajustado	3.411.445	3.203.677
Variações em ativos e passivos das atividades operacionais:		
Contas a receber de clientes	113.857	(140.286)
Tributos	12.257	(10.035)
Seguros a apropriar	45.643	58.972
Cauções	70.897	5.095
Outros créditos	(25.389)	1.939
Fornecedores - materiais e serviços em geral	(2.063)	121.369
Outras contas a pagar e provisão socioambiental	(249.558)	(365.009)
Pagamentos de provisões para riscos	(64.074)	(6.571)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.313.015	2.869.151
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
(Aumento) redução de imobilizado (excluindo fornecedores não liquidados)	(42.873)	(44.761)
(Aumento) redução de intangíveis (excluindo bens de utilização pública)	(9.461)	(12.792)
Aplicações financeiras, líquidas	(79.329)	448.806
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(131.663)	391.253
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Pagamentos de empréstimos (principal)	(953.890)	(809.578)
Pagamentos de empréstimos (juros)	(2.181.451)	(2.213.469)
Integralização de capital	4.988	4.989
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.130.353)	(3.018.058)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	50.999	242.346
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	796.696	554.350
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	847.695	796.696
Itens sem efeito de caixa	8.509	1.536.310
Fornecedores não liquidados (imobilizado)	-	1.483.736
Provisões para demandas judiciais capitalizadas (imobilizado)	50.761	90.125
Seguros não liquidados (fornecedores)	(44.439)	(45.769)
Direito de uso	2.187	8.218

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Receita operacional bruta	7.441.275	7.255.181
Insumos adquiridos de terceiros:		
Custo com energia elétrica	(2.059.807)	(2.205.183)
Material	(11.829)	(13.286)
Serviços de terceiros	(133.816)	(168.124)
Outros insumos	(951.498)	(1.008.334)
Retenções:		
Depreciação e amortização	(1.890.682)	(1.767.877)
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	339.038	165.471
Valor adicionado a distribuir	2.732.681	2.257.848
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal		
Remuneração direta	104.470	101.405
Benefícios	24.416	25.822
FGTS	7.987	7.515
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	1.048.256	1.179.884
Estaduais	108.385	84.860
Remuneração de capitais de terceiros:		
Aluguéis	1.345	2.347
Despesa financeira	2.981.496	2.531.993
Prejuízo do exercício	(1.543.674)	(1.675.978)
Valor adicionado distribuído	2.732.681	2.257.848

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Informações gerais

1.1. Contexto Operacional

A Norte Energia S.A., “Companhia” ou “Norte Energia”, é uma Sociedade de Propósito Específico “SPE”, de capital aberto, com sede em Brasília (DF), registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na categoria “A”, sem *free float*.

A Companhia é controlada em conjunto (*joint venture*) por meio de Acordo de Acionistas (Acordo), do qual todos os acionistas são signatários, conforme disposto no artigo 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

A UHE Belo Monte gera um volume de energia elétrica com uma capacidade instalada total de 11.233,1 MW. A garantia física da usina, para efeito comercial, é de 4.571 MW médios, sendo 4.418,9 MW médios referentes à UHE Belo Monte, e 152,1 MW médios referentes à UHE Pimental. O Contrato de Concessão, na forma de seus anexos, versa também que 70% da energia assegurada será destinada ao mercado regulado (ACR), 10% aos autoprodutores (APE) e 20% ao mercado livre (ACL).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de janeiro de 2026.

1.2. Contrato de concessão

A Companhia é signatária do Contrato de Concessão nº 001/2010 MME-UHE Belo Monte com a União, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato. Em setembro de 2021 foi emitida a Resolução Homologatória nº 2.932 e, em abril de 2025, a Resolução Homologatória nº 3.439, as quais definiram o prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, nos termos da Lei nº 13.203/2015, alterada posteriormente pela Lei nº 14.052/2020, resultando, respectivamente, na extensão de 319 dias e de 2 dias para a UHE Belo Monte.

1.3. Licença de Operação

A Companhia obteve a Licença de Operação (LO) em novembro de 2015 junto ao IBAMA, com vigência de seis anos, para viabilizar o enchimento do reservatório da usina. Em julho de 2021, a Companhia solicitou a renovação da LO nº 1.317/2015, e a solicitação está consubstanciada em Relatório Consolidado (RC) de Andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) e Atendimento de Condicionantes da referida licença. A referida solicitação, realizada tempestivamente, será utilizada para manutenção da LO até a conclusão do processo. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, no contexto do processo de renovação da LO, a Companhia mantém um diálogo constante com o IBAMA, e que esse órgão fiscalizador não apresenta, até o momento, impedimentos para a renovação da licença.

2. Destaques de 2025

2.1. Contingências e Assuntos Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém liminar vigente relacionada ao Excludente de Responsabilidade, afastando penalidades decorrentes de atrasos na entrada em operação da UHE Belo Monte, com risco de perda classificado como possível e sem constituição de provisão (maiores informações, nota 14).

Em razão da liminar e da classificação do risco de perda como “possível” pelos assessores jurídicos, a Companhia suspendeu, entre fevereiro de 2015 e agosto de 2017, os registros e provisões contábeis relacionados às obrigações do Contrato de Concessão. O valor estimado da eventual perda é de aproximadamente R\$ 3.030.793, abrangendo encargos de uso do sistema de transmissão, ajustes no Mercado de Curto Prazo, acertos financeiros com compradores de energia e pagamentos pelo uso do bem público.

No processo da TEO Itaipu, permanece a expectativa de êxito favorável à Companhia, com provável ressarcimento dos valores pagos, embora ainda não seja possível mensurar de forma confiável os impactos a registrar.

A Companhia ainda está pleiteando a compensação financeira decorrente dos eventos de EVT ocorridos no Complexo Belo Monte em desconformidade com as condições editalícias do projeto. Em 2024, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) concedeu liminar à Companhia determinando que os pagamentos no âmbito do CUST nº 092/2012 passassem a corresponder à energia efetivamente escoada pela UHE Belo Monte e injetada no Sistema Interligado Nacional. Em cumprimento à decisão liminar, a Companhia realizou os pagamentos nos termos estabelecidos entre agosto de 2024 e maio de 2025. Posteriormente, em razão de nova decisão judicial proferida em grau de recurso, a Companhia deliberou pela retomada dos pagamentos ordinários previstos contratualmente.

2.2. Outros assuntos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 83.749 e ainda despenderá quantias em projetos previstos para o cumprimento do Contrato de Concessão.

A Companhia revisa periodicamente suas estimativas de fluxos de caixa futuros, considerando diferentes cenários econômicos e operacionais relacionados ao setor elétrico. Adicionalmente, a administração está ativamente estudando alternativas viáveis de captação de recursos bem como aumento de suas receitas para atender aos compromissos de curto prazo.

Conforme as estimativas e projeções atuais, a administração acredita que a situação de capital circulante negativo, bem como as necessidades de financiamento para futuros investimentos na Usina Hidrelétrica Belo Monte, outros gastos operacionais e as garantias contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos assinados, serão adequadamente suportadas pelas receitas provenientes da Companhia e/ou captação de financiamentos.

Nesse contexto, a administração declara que, em 31 de dezembro de 2025, não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar operando pelos próximos 12 meses. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como normas contábeis IFRS (*IFRS® Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

3.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando de outra forma indicado.

3.3. Principais políticas contábeis

3.3.1. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

3.3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e títulos privados de instituições financeiras de primeira linha, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. Estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os recursos são aplicados em títulos e valores mobiliários com vencimento de longo prazo (superior a 90 dias) e apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para utilização desses recursos antes do vencimento.

3.3.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica e valores liquidados quando da entrega dessa energia. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante (nota 5). São mensurados ao custo amortizado.

3.3.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

A Companhia, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, registra a provisão socioambiental com base na melhor estimativa dos desembolsos futuros durante o contrato de concessão. Quando uma provisão socioambiental estiver diretamente associada a um ativo imobilizado, seu valor é incorporado ao custo desse ativo no momento do reconhecimento inicial e ajustado conforme remensuração subsequente da provisão.

O valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado no momento do reconhecimento. Se, posteriormente, os custos estimados aumentarem devido a mudanças regulatórias ou novos

requisitos ambientais, a diferença é capitalizada no ativo correspondente, ajustando a base de depreciação.

Os custos subsequentes serão incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os bens do imobilizado estão sendo depreciados de acordo com suas estimativas de vidas úteis, as quais estão aderentes àquelas previstas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão (notas 3 e 8).

3.3.6. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao Uso do Bem Público (UBP) foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico. A amortização iniciou-se em conjunto com a obrigação do pagamento (nota 9) e ocorre, mensalmente, pelo prazo total remanescente da concessão.

A extensão de concessão outorgada à Companhia pela Lei 14.052/2020 conforme mencionada na Nota 1 culminou no reconhecimento do benefício, como ativo intangível, pelo valor calculado pelos órgãos competentes e passou a ser amortizado com base no atual prazo estendido da concessão, mensalmente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até 12 meses. Elas são, inicialmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente e trazidas a valor presente, quando aplicável.

3.3.8. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (nota 14).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.3.9. Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

3.3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.3.11. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições usuais, contendo valores, prazos e taxas definidos em contratos (nota 16).

3.3.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo total e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade em conexão ao empréstimo.

3.3.13. Outras contas a pagar

Outras contas a pagar são passivos exigíveis reconhecidos quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são apresentadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultado. Esta rubrica compreende, principalmente, os tributos e contribuições a recolher e obrigações estimadas da folha de pagamento.

3.3.14. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.3.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgados, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriadas, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social, assim como sobre as diferenças temporárias (quando aplicável), decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser

usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando tais impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com impostos administrados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributadas ou diferentes entidades tributadas, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Incentivos fiscais

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e IAS 20. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

3.3.16. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa o valor líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.3.17. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo emitido pela Companhia.

3.3.18. Informações por segmento

A Companhia tem como único segmento de negócio a geração de energia elétrica, por meio da exploração da Usina Hidrelétrica Belo Monte e seu sistema de transmissão associado, localizada no rio Xingu, entre os municípios de Vitória do Xingu e Altamira, no estado do Pará, sob o regime de produção independente, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão. A Administração revisa, regularmente, as informações financeiras da Companhia, de maneira a alocar os recursos e analisar o desempenho. Desta forma, a informação por segmento não é utilizada em suas análises.

3.3.19. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

3.3.20. Reconhecimento de receitas

A receita operacional é proveniente da atividade de geração de energia, a qual é comercializada no mercado regulado (ACR e APE) e no mercado livre (ACL) nas proporções definidas no contrato de concessão.

A receita é reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. A receita é reconhecida: quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

3.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (notas 3.4.1 e 8);
- Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 3.4.2, 8 e 9);
- Provisões socioambientais (notas 3.4.3 e 18); e
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (nota 3.4.4 e 14);
- Ativos e passivos fiscais diferidos (notas 3.4.5 e 25.b).

3.4.1. Vida útil do ativo imobilizado

As UGs entraram em operação comercial de forma gradual e em períodos diferentes. As taxas de depreciação e o início da depreciação dos bens ocorrem por UG, sendo a depreciação contabilizada proporcionalmente à geração de energia comercializada, calculada em conformidade com as quotas estabelecidas pela ANEEL, tendo por base suas vidas úteis ou o prazo de concessão, dos dois o menor, uma vez que o contrato de concessão não prevê indenização ao término da concessão.

3.4.2. Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia adota variáveis e premissas em teste de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

A Administração elaborou estudos buscando assegurar que os ativos da Companhia estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Assim, um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação, se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.

O ativo caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, conforme as normas contábeis CPC 01 (R1) e IAS 36, requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

Os estudos de recuperabilidade foram realizados com data-base em novembro de 2025 e não indicaram a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. O teste de recuperabilidade considerou o modelo econômico-financeiro da Companhia, projetado de forma nominal e mensal ao longo do prazo remanescente da concessão.

O valor recuperável foi determinado com base no valor em uso, calculado a partir do fluxo de caixa projetado, descontado a uma taxa média de custo de capital (WACC) de 9,95%, apurada antes dos impostos.

O teste de *impairment* foi realizado devido a gatilhos que indicaram a necessidade de revisão da recuperabilidade dos ativos, classificados em fatores externos e internos:

- Fatores Externos: Mudanças econômicas, setoriais e climáticas adversas, tais como aumento de juros, elevação da inflação e mudanças regulatórias que impactam o setor elétrico.
- Fatores Internos: Desempenho operacional abaixo do projetado no plano de negócios original.

No cálculo do fluxo de caixa, foram ainda considerados os estudos de gestão tributária e curvas de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) mais aderentes à realidade atual da geração. De forma geral o modelo de cálculo levou em consideração as seguintes premissas: metodologia de fluxo de caixa descontado – abordagem da receita; período de projeção de janeiro de 2025 a julho de 2046; taxa de desconto WACC; volume físico de energia; tarifas; custos e despesas, projetado por Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); entre outras medidas intrínsecas ao negócio. A Companhia realizou, no encerramento do exercício, a análise de indicadores de perda por *impairment* em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar uma potencial desvalorização, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A Administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

3.4.3. Provisões socioambientais

A Companhia, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, registra a provisão socioambiental com base na melhor estimativa dos desembolsos futuros durante o contrato de concessão.

Cabe ressaltar que a referida orientação possibilita o ajuste futuro da provisão, em contrapartida ao imobilizado em serviço, caso a administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos. No que se refere a custos retardatários eles são registrados no resultado do exercício na medida em que os novos compromissos são assumidos.

A Companhia reavalia os compromissos assumidos com diversos órgãos e fornecedores a fim de sempre apresentar com a melhor estimativa possível os valores envolvidos na provisão, inclusive com a contratação de consultoria técnica externa. O cálculo da estimativa envolve julgamentos significativos e subjetivos para determinar o valor das provisões, com base nos estudos de impacto ambiental e nas exigências regulatórias aplicáveis.

Atualmente, a provisão monta a R\$ 2.466.391 conforme demonstrado na nota 18 (R\$ 2.731.309 em 31/12/2024) e seus registros ocorreram mediante a confiabilidade dos valores envolvidos e mediante a aprovação orçamentária pelos órgãos estatutários da Companhia.

3.4.4. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (nota 14).

3.4.5. Ativos e passivos fiscais diferido

A Companhia reconhece ativos e passivos fiscais diferidos com base nas diferenças temporárias entre os saldos contábeis e fiscais de ativos e passivos, bem como sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social passíveis de compensação em exercícios futuros, conforme aplicável pela legislação tributária vigente.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos exige o uso de estimativas e julgamentos significativos e subjetivos por parte da Administração, com base nas projeções de resultados futuros tributáveis e no histórico de realização dos créditos fiscais acumulados. Essas projeções consideram o ambiente econômico, estratégias operacionais e fatores de risco identificados. A Administração considera que os saldos registrados são adequados e consistentes com as políticas contábeis aplicáveis, refletindo a melhor estimativa disponível na data-base.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras que atendem à definição de equivalentes de caixa. Os saldos dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos em banco e em caixa	935	1.415
Depósitos bancários de curto prazo		
Renda fixa	846.760	795.281
	<u>847.695</u>	<u>796.696</u>

As aplicações financeiras são compostas por títulos de certificado depósito bancário (CDB) e

fundos de renda fixa e operações compromissadas, com rentabilidade média de 97,36% do CDI (95,07% do CDI em 2024). Os compromissos financeiros assumidos pela Companhia exigem liquidez imediata.

4.2 Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	717.325	430.914
Circulante	717.325	430.914
Não circulante	-	-

Compreendem valores substancialmente aplicados em letras financeiras e certificado depósito bancário (CDB) que tem por finalidade a obtenção de rentabilidade, com rentabilidade média de 103,75% do CDI (101% do CDI em 2024).

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2025					31/12/2024
	Vincendos		Vencidos			
	Faturados	Não faturados	Até 180 dias	Mais de 180 dias	Total	
Suprimento (a)	702.367	-	7	7	702.381	651.778
Energia elétrica de curto prazo (b)	54.874	401	-	17.769	73.044	235.688
PCE (c)	(76)	-	-	(17.769)	(17.845)	(18.890)
	757.165	401	7	7	757.580	868.576

(a) Em 31 de dezembro de 2025 é composto pelo fornecimento a Autoprodutor de Energia Elétrica (APE) no valor de R\$ 101.717 (R\$ 92.430 em 31 de dezembro de 2024) e no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no valor de R\$ 600.664 (R\$ 559.078 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Faturamento da liquidação prevista no Mercado de Curto Prazo/Ambiente de Contratação livre (ACL) no valor de R\$ 73.044 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 235.688 em 31 de dezembro de 2024).

(c) A movimentação de perdas de crédito esperadas são as seguintes:

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	(18.890)	(16)
(+/-) Constituição/Reversão	1.045	(18.874)
Saldo em 31 de dezembro	(17.845)	(18.890)

Do montante total provisionado, R\$ 17.769 corresponde ao total da carteira do cliente 2W Ecobank referente a inadimplência de oito contratos. A Companhia está envidando esforços para recuperação dos créditos por meio de ações judiciais, onde foram ajuizados dois processos de execução de título extrajudicial. Por fim, vale mencionar que a 2W Ecobank questiona a rescisão dos contratos no âmbito do procedimento arbitral nº 6/2024, instaurado perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente, esse processo está aguardando assinatura do Termo de Arbitragem.

Notas Explicativas

6. Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	5.504	5.573
IRRF (a)	57.362	54.950
PIS a recuperar (b)	9.240	8.584
COFINS a recuperar (b)	42.570	39.543
Outros tributos	313	311
	114.989	108.961
Circulante	109.731	103.703
Não circulante	5.258	5.258

- (a) Os saldos são representados majoritariamente pelo imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras do período transcorrido em 2025.
- (b) Os saldos são referentes aos créditos de PIS e COFINS gerados no exercício de 2025 e que serão compensados com os seus respectivos débitos no momento do recolhimento dos tributos, de acordo com a legislação vigente.

7. Seguros a apropriar

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros a apropriar	41.328	42.532
Circulante	41.328	42.532
Não circulante	-	-

Refere-se, principalmente, ao prêmio de seguros decorrente de risco operacional e responsabilidade civil. As parcelas mensais de seguros são apropriadas ao resultado no grupo de custos e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).

8. Imobilizado

8.1. Composição

		31/12/2025			31/12/2024
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço		49.406.844	(12.540.768)	36.866.076	38.425.637
Geração	4,75%	49.365.928	(12.521.450)	36.844.478	38.403.637
Administração	12,96%	40.916	(19.318)	21.598	22.000
Imobilizado em curso		147.916	-	147.916	531.232
Geração		116.966	-	116.966	498.339
Administração		30.950	-	30.950	32.893
		49.554.760	(12.540.768)	37.013.992	38.956.869



8.2. Movimentação

	Saldo em 31/12/2023	Movimentação		Saldo em 31/12/2024	Movimentação		Saldo em 31/12/2025	Taxa média de Depreciação a.a.
		Adições	Baixa		Adições	Baixa		
Geração em serviço								
Terrenos (a)	909.042	-	-	909.479	-	-	954.057	4,63%
Reservatório, barragens e adutoras	18.736.007	-	-	20.221.623	-	-	20.323.176	4,72%
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.667.309	-	(39)	4.685.627	-	-	4.686.191	4,71%
Máquinas e equipamentos	23.242.564	3.074	(12.708)	23.253.904	-	(3.210)	23.376.147	4,78%
Veículos	12.495	-	-	12.492	-	-	12.557	25,02%
Móveis e utensílios	3.868	176	-	4.071	1.006	-	13.741	4,75%
	47.571.285	1.486.986	(12.747)	49.087.196	1.006	(94.394)	49.365.869	
(-) Depreciação acumulada								
Terrenos (a)	(182.367)	(32.195)	-	(214.562)	(34.262)	-	(248.824)	
Reservatório, barragens e adutoras	(3.433.423)	(677.688)	-	(4.111.111)	(765.742)	-	(4.876.853)	
Edificações, obras civis e benfeitorias	(924.831)	(168.906)	10	(5.255.402)	(169.318)	-	(1.263.045)	
Máquinas e equipamentos	(4.416.316)	(842.300)	3.214	(8.104)	(966.818)	-	(6.122.220)	
Veículos	(6.703)	(1.401)	-	(653)	(1.129)	-	(9.233)	
Móveis e utensílios	(402)	(251)	-	(10.683.559)	(622)	-	(1.275)	
	(8.964.042)	(1.722.741)	3.224	-	(1.837.891)	-	(12.521.450)	
Geração em curso								
Terrenos	-	454	-	30	-	-	-	
Reservatório, barragens e adutoras	40.530	5.741	-	56.477	-	(30)	17.701	
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.929	9.566	-	17.139	2.475	(564)	19.050	
Máquinas e equipamentos	34.847	8.373	-	23.212	2.614	(4.359)	21.467	
Móveis e utensílios	3.202	1.706	-	4.902	629	(4.099)	1.432	
A ratear (c)	105.482	85.717	-	189.977	20.693	(183.765)	-	
Adiantamento a fornecedores (c)	146.896	7.847	-	142.978	11.219	(132.435)	-	
Material em depósito	33.675	(1.156)	-	32.520	-	(819)	31.701	
Depósitos judiciais (b)	31.703	(253)	-	31.104	-	(5.489)	25.615	
	422.264	117.995	-	498.339	37.630	(48.667)	116.966	
Administração em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.528	10	-	2.538	-	-	2.538	5,02%
Máquinas e equipamentos	20.638	2.718	-	23.541	1.140	-	24.903	17,73%
Veículos	1.800	-	-	1.859	-	-	1.859	20,94%
Móveis e utensílios	7.128	3.035	-	10.165	1.510	-	11.675	7,52%
	32.094	5.763	-	38.103	2.650	-	40.975	
(-) Depreciação acumulada								
Edificações, obras civis e benfeitorias	(507)	(98)	-	(605)	(97)	-	(702)	
Máquinas e equipamentos	(10.804)	(2.037)	-	(12.841)	(2.139)	-	(14.980)	
Veículos	(311)	(257)	-	(568)	(258)	-	(826)	
Móveis e utensílios	(1.612)	(477)	-	(2.089)	(721)	-	(2.810)	
	(13.234)	(2.869)	-	(16.103)	(3.215)	-	(19.318)	
Administração em curso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.287	17.122	-	32.409	-	-	30.813	
Máquinas e equipamentos	130	287	-	419	4	-	137	
Veículos	65	-	-	65	-	-	-	
	15.482	17.409	-	32.893	4	-	30.950	
	39.063.849	(97.457)	(9.523)	38.956.869	(1.799.816)	(143.061)	37.013.992	

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em serviço acumula o montante de R\$ 954.057 (R\$ 909.479 em 31 de dezembro de 2024) para terrenos. A Companhia calcula e registra a amortização dos gastos com os terrenos, pelo prazo da concessão, considerando que ao final do contrato não ocorrerão quaisquer indenizações dos investimentos realizados pela Companhia na UHE Belo Monte, no total de R\$ 248.824 até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 214.562 até 31 de dezembro de 2024).
- (b) A rubrica destina-se ao reconhecimento dos depósitos efetuados para fins de emissão de liminar de posse, em ações de desapropriação de áreas destinadas às imobilizações em curso, pelo sistema de ODI. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia efetuou a transferência de depósitos judiciais encerrados para os terrenos unitizados.
- (c) Como parte do processo de regularização da classificação do imobilizado, os saldos de adiantamentos a fornecedores foram transferidos para imobilizado em serviços, iniciando-se o processo de depreciação.

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitados ao prazo da concessão. A administração da Companhia entende que as estimativas de vida útil e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados, sendo que os bens que possuem vida útil superior ao período da concessão deverão ser ajustados para que ela se limite ao prazo desta.

Em 31 de dezembro de 2025, bem como em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

A Companhia realizou, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicadores de perda por *impairment* em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

9. Intangível

9.1. Composição

	Taxa média anual de amortização	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangíveis em serviço		874.923	(229.352)	645.571	636.935
Geração		816.122	(190.106)	626.016	613.382
Uso do bem público (UBP)	2,33% a.a.	457.286	(131.219)	326.067	341.908
Servidão	4,65% a.a.	2.621	(594)	2.027	2.126
Extensão da concessão - Lei 14.052/20	4,05% a.a.	356.215	(58.293)	297.922	269.348
Administração		58.801	(39.246)	19.555	23.553
Licença de uso de software	4,62% a.a.	58.770	(39.246)	19.524	23.522
Marcas e patentes		31	-	31	31
Intangível em curso		25.416	-	25.416	19.900
Geração		247	-	247	247
Depósitos judiciais		247	-	247	247
Administração		25.169	-	25.169	19.653
Licença de uso de software		25.169	-	25.169	19.653
		900.339	(229.352)	670.987	656.835

Notas Explicativas

9.2. Movimentação

	Saldos em 31/12/2023	Movimentações		Saldos em 31/12/2024	Movimentações		Saldos em 31/12/2025
		Adições	Transferências		Adições	Transferências	
Intangível em serviço:	810.096	3.075	11.256	824.427	49.688	808	874.923
Uso do bem público (UBP)	457.286	-	-	457.286	-	-	457.286
Marcas e patentes	31	-	-	31	-	-	31
Extensão da concessão – Lei 14.052/2020 (a)	309.665	-	-	309.665	46.550	-	356.215
Licença de uso de software	40.493	3.075	11.256	54.824	3.138	808	58.770
Serviço	2.621	-	-	2.621	-	-	2.621
(-) Amortização acumulada	(152.272)	(35.220)	-	(187.492)	(41.860)	-	(229.352)
Intangível em curso:	21.439	9.717	(11.256)	19.900	6.324	(808)	25.416
Licença de uso de software	21.192	9.717	(11.256)	19.653	6.324	(808)	25.169
Serviço	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	247	-	-	247	-	-	247
	679.263	(22.428)	-	656.835	14.152	-	670.987

(a) A Lei nº 13.203/2015, alterada pela Lei nº 14.052/2020, estabeleceu mecanismos de compensação para ressarcir alguns impactos financeiros negativos decorrentes da redução do GSF (“Generation Scaling Factor”) sobre as usinas hidrelétricas, por meio da extensão do prazo de outorga das usinas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, de 01/12/2020, regulamentou o processo de apuração e homologação desses valores compensatórios. Para a Norte Energia, a CCEE apurou o montante de R\$ 307.422 em dez/2020, equivalente a 319 dias de prorrogação da outorga, valor que foi homologado pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, do dia 14 de setembro de 2021 e posteriormente formalizado no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº001/2010/MME, assinado em 17/02/2022.

Em setembro de 2021, a Companhia reconheceu contabilmente o valor de R\$ 307.422, conforme apurado pela CCEE, sem atualização financeira entre a data-base (dez/2020) e a data de reconhecimento (set/2021).

Assim, foi necessária a atualização utilizando a correção monetária pelo IPCA e pela Taxa de Desconto Regulatória (TDR), conforme metodologia definida no instrumento legal e incorporada pela ANEEL na Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, entre dez/2020 e set/2021, que resultou na atualização de R\$ 46.550.

A Companhia realizou, no encerramento do exercício de 2025, a análise de indicadores de perda por *impairment* em seus ativos, conforme exigido pelas normas contábeis aplicáveis. Apesar da identificação de indícios que poderiam indicar potencial desvalorização, os testes de recuperabilidade realizados demonstraram que o valor contábil dos ativos não excede o valor recuperável. Assim, não foi necessária a constituição de provisão para perdas no exercício. A administração continuará monitorando regularmente os fatores internos e externos que possam impactar a recuperabilidade de seus ativos.

9.3. Uso do Bem Público

A Companhia paga à União o valor anual de R\$ 16.617, em parcelas mensais equivalentes a 1/12, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão, atualizado pelo IPCA. Esta obrigação está reconhecida no passivo circulante e não circulante no montante de R\$ 102.682 e R\$ 235.756, respectivamente, totalizando R\$ 338.438 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 350.048 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida do ativo intangível com R\$ 326.067 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 341.908 em 31 de dezembro de 2024).

O saldo da obrigação é atualizado pela variação do IPCA anualmente e descontado a valor presente pelo componente Modelo de Precificação de Ativos Financeiros (CAPM) do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real.

Vide abaixo a movimentação da UBP registrada no passivo exigível:

Movimentação do passivo:

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	350.048	360.446
(+) Atualização monetária	33.728	38.427
(-) Ajuste a valor presente	(7.175)	(12.414)
(-) Amortização	(38.163)	(36.411)
Saldo em 31 de dezembro	338.438	350.048
Circulante	102.682	100.834
Não circulante	235.756	249.214

10. Depósitos judiciais e cauções

	31/12/2025	31/12/2024
Cauções (a)	613.887	636.380
Depósito judicial – Tributário	-	23.260
Depósito judicial – Cíveis (b)	61.397	35.198
Depósito judicial – Trabalhistas	1.022	956
	676.306	695.794

- (a) Substancialmente representado por: (i) Contrato de caução firmado com o ONS para utilização do sistema de transmissão, (ii) Conta reserva e garantias em letras financeiras para atender as exigências previstas no contrato de financiamento do BNDES, e (iii) Termo de Compromisso Ambiental firmado entre a Companhia e o IBAMA. A variação no exercício refere-se ao efeito líquido entre aplicação realizada para recomposição de conta garantia, apropriação de juros/atualização monetária e resgates de contas garantia.
- (b) O saldo refere-se substancialmente ao valor de R\$ 20.000 relativo a depósito recursal efetuado em virtude da decisão judicial âmbito da ação de execução de título extrajudicial movida pelo Ministério Público Federal e pela Fundação Nacional do Índio, provisionado conforme nota explicativa 14). O restante do saldo refere-se a outros depósitos judiciais cíveis.

11. Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	6.543	1.501
Valores a receber (a)	39.327	39.302
Estoque	3.783	3.185
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	39.351	36.387
Direito de uso	6.060	10.782
Credores diversos	1.400	147
	96.464	91.304
Circulante	90.404	80.509
Não circulante	6.060	10.795

- (a) Substancialmente representado por valores a serem ressarcidos pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. relativos ao contrato de O&M conforme nota 16(a).
- (b) A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo: (i) 0,28% para projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D); (ii) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); (iii) 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); e (iv) 0,20% destinados ao Ministério de Minas e Energia (MME).

12. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Consórcio Construtor de Belo Monte	3.756	3.526
Outros fornecedores de investimento	21.978	29.636
Consórcio Montador Belo Monte (a)	6.424	65.818
Seguros	86.866	86.316
Compra de energia (b)	99.636	154.529
Encargo da transmissão, conexão e distribuição (c)	495.313	435.428
Outros fornecedores materiais e serviços	42.904	62.251
	756.877	837.504
Circulante	756.678	837.171
Não circulante	199	333

- (a) A redução está vinculada a baixa do saldo de cauções relacionadas ao Consórcio Construtor de Belo Monte (CMBM).
- (b) A redução dos custos relacionados com compra de energia está relacionada principalmente ao regime hidrológico da usina, sendo observado maior patamar de geração de energia nos primeiros meses do exercício, e consequentemente menor custo associado ao MRE.
- (c) A Companhia obteve decisão liminar favorável no âmbito do Agravo de Instrumento nº 1042597-30.2022.4.01.0000 (correlato ao processo nº 1074329-14.2022.4.01.3400) com a consequente suspensão de parte da contraprestação paga no Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

13. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos retidos na fonte a recolher	3.770	4.071
Tributos a recolher:		
ISS	1.388	24.670
INSS	4.696	5.051
PIS/COFINS/CSLL	57.796	69.971
ICMS	12.470	3.200
Outros tributos a recolher	376	363
Obrigações trabalhistas	22.390	27.262
CFURH (a)	9.266	7.928
P&D	67.110	52.565
Passivo oneroso (b)	990.587	464.386
Passivo de arrendamentos	8.643	12.006
Outros	43.375	8.099
	1.221.867	679.572
Circulante	226.537	208.165
Não circulante	995.330	471.407

- (a) Refere-se à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídrico (CFURH), a qual varia de acordo com a geração de energia, que no início do ano é usualmente superior ao final do ano.
- (b) Em outubro de 2024, a Companhia firmou contratos de compra e venda de energia elétrica futura com o objetivo de gestão de fluxo de caixa nas suas operações. O volume total contratado em compra supera o volume contratado em venda em aproximadamente R\$ 765.711 em valores nominais (R\$ 464.386 à valor presente), gerando um impacto líquido negativo no exercício.

Em função dessa diferença, o contrato foi classificado como oneroso, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 25 (IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), devido ao fato de os custos inevitáveis de cumprimento do contrato superarem os benefícios econômicos esperados.

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	464.386	-
(+) Constituição	426.024	464.386
(+/-) Ajuste a valor presente	100.177	-
Saldo em 31 de dezembro	990.587	464.386

A provisão foi reconhecida considerando os valores contratados brutos para compra e venda de energia elétrica ajustado a valor presente (ajuste financeiro aplicado ao fluxo de caixa contratual, com base em uma taxa de desconto que reflete o custo de oportunidade e o risco específico do contrato). Os valores efetivamente liquidados no exercício corrente foram deduzidos do saldo da provisão.

O saldo líquido em 31 de dezembro de 2025 é uma provisão de R\$ 990.587 (R\$ 464.386 em 31 de dezembro de 2024), que reflete o montante a valor presente dos fluxos de compra e venda futuros do contrato oneroso.

14. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas

A Norte Energia é parte envolvida em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas cível e trabalhista, que se encontram em vários estágios de julgamento.

i) Provisões para litígios

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	132.064	6.125	138.189
Constituição (reversão), líquida durante o exercício	81.065	2.676	83.741
Saldo em 31 de dezembro de 2024	213.129	8.801	221.930
Paga durante o exercício	(62.892)	(1.182)	(64.074)
Construída (revertida) durante o exercício	15.459	2.453	17.912
Saldo em 31 de dezembro de 2025	165.696	10.072	175.768

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém provisão consolidada de R\$ 175.768, composta por litígios de natureza cível, trabalhista e fiscal. O montante inclui provisão cível de R\$ 165.696, destacando-se o Procedimento Arbitral CCI 22837/JPA, referente a pleito do Consórcio Montador Belo Monte (CMBM) sobre alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de montagem eletromecânica, que representa o valor mais significativo da provisão. A redução do valor em R\$ 62.892 decorre, principalmente, da baixa da provisão ao processo de desapropriação, no qual a Companhia celebrou acordo judicial com a parte adversa.

A provisão trabalhista soma R\$ 10.072, relativa a processos em que a Companhia figura principalmente como responsável subsidiária.

ii) Passivos contingentes

Adicionalmente, a Norte Energia possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

Natureza das ações	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (indenizações, socioambientais e desapropriações)	455.296	452.640
Trabalhistas	12.177	12.013
Autuações Administrativas (tributária, ambientais e trabalhistas)	8.174	4.530
Autuações do IBAMA (condicionantes LI/LO)	101.127	93.446
Outras autuações ambientais e regulatórias	140.730	107.908
	717.504	670.537

Determinados processos relevantes permanecem em fase de instrução e, em situações específicas, a Companhia adota a faculdade prevista no item 92 do CPC 25, limitando a divulgação a informações gerais para não prejudicar sua posição em litígios em curso.

A administração, apoiada na avaliação de seus assessores jurídicos, conclui que os valores são adequados às contingências classificadas como prováveis e que os processos com perda possível não apresentam, neste momento, elementos que justifiquem reconhecimento contábil.

Notas Explicativas

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2025	31/12/2024
Financiamento – BNDES	27.198.808	27.421.268
Debêntures	749.784	841.529
	<u>27.948.592</u>	<u>28.262.797</u>
Circulante	1.176.306	1.055.980
Não circulante	26.772.286	27.206.815

Financiamento – BNDES

A movimentação dos créditos do BNDES está demonstrada na tabela abaixo:

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	27.421.268	27.968.870
(+) Encargos	2.716.432	2.348.323
(-) Amortização (principal + juros)	(2.938.892)	(2.895.926)
Saldo em 31 de dezembro	<u>27.198.808</u>	<u>27.421.268</u>

Em fevereiro de 2017, iniciou-se a amortização das parcelas de financiamento do BNDES, sendo que até 31 de dezembro de 2025 foi amortizado o montante de R\$ 18.802.627 (R\$ 15.863.734 até dezembro de 2024) referente ao principal e juros.

	31/12/2025
Direto	10.802.928
Principal	2.768.103
Juros	8.034.825
Indireto	7.999.699
Principal	1.657.517
Juros	6.342.182
Total pago no exercício	<u>18.802.627</u>

Covenants – BNDES

Os contratos preveem a manutenção dos seguintes índices:

- (i) Índice de capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) $\geq 15\%$;
- (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,2$; e
- (iii) Amortização das parcelas de financiamento, iniciado em fevereiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o *covenant* do ICSD, tendo obtido, ainda em 2025, *waiver letter* junto ao BNDES para os próximos 12 meses, evitando vencimento antecipado.

Cronograma de vencimentos – BNDES

	Valor
2026	1.024.583
2027	994.510
2028	1.087.840
2029	1.183.836
A partir de 2030	22.908.039
	<u>27.198.808</u>

Notas Explicativas

Debêntures

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Principal	700.000	700.000
Juros incorridos	78.580	176.911
Custos de transação	<u>(28.796)</u>	<u>(35.382)</u>
	<u>749.784</u>	<u>841.529</u>
Circulante	151.723	135.094
Não circulante	598.061	706.435

A movimentação está demonstrada na tabela abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 01 de janeiro	841.529	853.716
(+) Encargos	104.705	114.933
(-) Amortização (principal + juros)	<u>(196.450)</u>	<u>(127.121)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>749.784</u>	<u>841.529</u>

Covenants – Debêntures

A escritura estabelece *covenant* de ICSD $\geq 1,2$, a ser apurado anualmente. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia estava adimplente com essa obrigação.

Cronograma de vencimentos - Debêntures:

	<u>Valor</u>
2026	204.661
2027	214.904
2028	225.288
A partir de 2029	<u>357.061</u>
	<u>1.001.914</u>

As debêntures possuem garantias compartilhadas com o financiamento BNDES, incluindo penhor de ações, recebíveis de CCEARs e contas reservas de O&M e de Debêntures.

16. Transações com Partes relacionadas

As partes relacionadas “diretas” referem-se aos acionistas. As partes relacionadas “Indiretas” compreendem empresas coligadas, controladas ou sob controle comum dos acionistas.

A Companhia mantém operações de compra e venda de energia elétrica nos ambientes de contratação regulado (ACR) e livre (ACL), além de contratos de autoprodução. Tais transações são conduzidas com base em critérios objetivos e transparentes.

As transações com partes relacionadas estão sujeitas aos procedimentos internos de governança corporativa, que asseguram a transparência, a independência das decisões e a observância das normas regulatórias aplicáveis.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos
Ativo				
Contas a receber de clientes	8.362	316.709	7.585	286.211
Outros (a)	38.940	-	38.940	-
	47.302	316.709	46.525	286.211
Passivo				
Compra de energia	3.249	31.795	-	27.250
EUST	92.712	152.829	84.686	133.123
Outros	9.450	-	9.450	-
	105.411	184.624	94.136	160.373
	2025		2024	
	Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos
Receita				
Venda de energia	93.053	2.774.694	88.710	2.644.568
	93.053	2.774.694	88.710	2.644.568
Despesa				
Compra de Energia	(25.777)	(99.907)	(466)	(127.145)
EUST	(266.927)	(429.120)	(265.469)	(367.583)
	(292.704)	(529.027)	(265.935)	(494.728)

- (a) Refere-se ao recálculo do contrato de Operação e Manutenção com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil ("Eletronorte"), com medição dos serviços assumidos pela própria Norte Energia. Tendo em vista o término da execução do serviço contratado em junho de 2023, iniciou-se o processo para encerramento do contrato (TEC) e realização dos acertos financeiros

17. Remuneração dos Administradores e do Conselho fiscal

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração, fiscal e diretores executivos do exercício de 2025 foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 17 de abril de 2023 e estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Remuneração dos administradores e conselheiros fiscais (a)	8.551	7.681
Encargos sociais	2.397	2.433
Benefícios	949	1.595
Total	11.897	11.709

- (a) Refere-se à remuneração de administradores, representado pelo Conselho de Administração e diretores executivos, que em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$7.953 (R\$ 7.160 em 31 de dezembro de 2024), e pelo Conselho Fiscal, que em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 598 (R\$ 521 em 31 de dezembro de 2024).



Notas Explicativas

18. Provisões socioambientais

	31/12/2025	31/12/2024
Físico biótico	497.488	501.384
Investimentos sociais	1.751.739	2.002.925
Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)	217.164	227.000
	<u>2.466.391</u>	<u>2.731.309</u>
Circulante	280.198	243.668
Não circulante	2.186.193	2.487.641

Abaixo, demonstramos quadro com a movimentação dessa provisão.

	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	2.731.309	1.562.026
Constituição no exercício	-	1.483.736
Realização no exercício	(264.918)	(314.453)
Saldo em 31 de dezembro	<u>2.466.391</u>	<u>2.731.309</u>

As provisões refletem os gastos futuros relacionados a programas socioambientais, registrados com base nas melhores estimativas disponíveis, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37 e OCPC 05 (R1). Os compromissos decorrem de condicionantes do processo de licenciamento ambiental e seguem sendo executados de acordo com a Licença de Operação vigente. O Termo de Compromisso Ambiental (TCA), firmado em 2021 com o IBAMA, permanece válido e seus desdobramentos estão comentados na Nota 14 – Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia é assim representada:

Acionista	Subscrito	31/12/2025			31/12/2024		
		Integralizado	A Integralizar	Participação	Integralizado	A Integralizar	Participação
Axia Energia Norte	4.685.921	4.685.921	-	34,98%	4.685.921	-	34,98%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	2.009.400	2.009.400	-	15,00%	2.009.400	-	15,00%
Belo Monte Participações S.A.	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	1.339.600	1.339.600	-	10,00%	1.339.600	-	10,00%
Amazônia Energia Participações S.A.	1.308.789	1.308.789	-	9,77%	1.308.789	-	9,77%
Aliança Norte Energia Participações S.A.	1.205.640	1.205.640	-	9,00%	1.205.640	-	9,00%
Siderúrgica Norte Brasil S.A. - SINOBRAS	133.960	126.470	7.490	1,00%	121.482	12.478	1,00%
J. Malucelli Energia S.A.	33.490	33.490	-	0,25%	33.490	-	0,25%
	<u>13.396.000</u>	<u>13.388.510</u>	<u>7.490</u>	<u>100,00%</u>	<u>13.383.522</u>	<u>12.478</u>	<u>100,00%</u>

19.2 Resultado por ação

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui títulos de dívidas conversíveis em ações, ações em tesouraria e outros instrumentos para diluição de ações. Também não há ações preferenciais.

Abaixo está demonstrado o resultado por ação no exercício:

	2025	2024
Média ponderada de ações disponíveis no exercício	13.396.000	13.396.000
Prejuízo do exercício	(1.543.674)	(1.675.978)
Prejuízo por ação ordinária no exercício (básico/diluído)	(0,1152)	(0,1251)

20. Receita operacional líquida

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica (a)	6.069.807	5.787.922
Energia elétrica de curto prazo (b)	1.371.468	1.467.259
PIS	(120.738)	(118.248)
COFINS	(556.125)	(544.656)
ICMS	(108.385)	(84.860)
CFURH (c)	(234.820)	(148.102)
Outras deduções da receita	(145.752)	(110.195)
	6.275.455	6.249.120

(a) Os valores faturados da venda de energia estão sendo recebidos conforme contrato, por meio de boleto bancário e/ou depósito em conta corrente. O aumento de receita no exercício é referente a atualização dos preços de venda, por índice de preços conforme contratos.

(b) Apesar de se observar um maior preço médio de venda da energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), verifica-se uma redução na quantidade de energia negociada comparado ao mesmo período do ano anterior.

A receita decorrente operações estruturadas de compra e venda de energia foi no montante de R\$ 584.364 em 2025 (R\$ 503.159 em 2024), conforme detalhado na nota explicativa 13(c).

(c) O aumento do CFURH é consequência da Revisão Periódica da Tarifa Atualizada de Referência (TAR) para o ano de 2025, assim como pelo aumento na geração, quando comparado ao mesmo período de 2024.

21. Custos de venda de energia

	2025	2024
Custo de compra de energia (a)	(570.504)	(804.259)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição (b)	(1.477.947)	(1.388.878)
Serviços de operação e manutenção	(11.356)	(12.046)
	(2.059.807)	(2.205.183)

(a) A redução no custo de compra de energia está associada ao maior volume de geração hidrelétrica, havendo uma redução com o custo de compra de energia.

(b) O aumento nos encargos de transmissão, conexão e distribuição está alinhado à demanda de disponibilidade das linhas de transmissão.

Notas Explicativas

22. Custos de operação

	2025	2024
Contrato oneroso (a)	(426.024)	(464.386)
Pessoal	(60.746)	(60.679)
Administradores	(4.720)	(3.423)
Serviços de terceiros	(72.197)	(76.499)
Depreciação e amortização	(1.873.391)	(1.751.954)
Seguros (b)	(495.487)	(487.789)
(Provisão) reversão PECLD (c)	1.045	(18.874)
Outros	(23.617)	(24.217)
	<u>(2.955.137)</u>	<u>(2.887.821)</u>

- (a) A Companhia reconheceu perdas no valor de R\$ 426.024 (R\$ 464.386 em 2024), refletindo o montante de prejuízo associado ao contrato oneroso, conforme nota explicativa 13 (b).
- (b) Refere-se, substancialmente, ao prêmio do seguro relativo ao repasse do risco hidrológico pago à CCEE, no montante de R\$ 454.553 (R\$ 434.883 em 31 de dezembro de 2024). O saldo remanescente corresponde ao prêmio do seguro de risco operacional, no montante de R\$ 40.934 (R\$ 52.906 em 31 de dezembro de 2024).
- (c) Refere-se ao registro da provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa 5.

23. Despesas operacionais

	2025	2024
Pessoal	(64.230)	(62.346)
Administradores	(7.177)	(8.294)
Materiais	(1.773)	(2.253)
Serviços de terceiros	(61.619)	(91.625)
Depreciação e amortização	(17.291)	(15.923)
Arrendamentos e aluguéis	(1.344)	(2.347)
Seguros	(1.024)	(989)
Passagens	(1.424)	(2.074)
Internet	(688)	(926)
Provisão	(4.599)	(187)
Legais e judiciais	(6.663)	(4.501)
Outros	(3.073)	(15.424)
	<u>(170.905)</u>	<u>(206.889)</u>

24. Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Juros sobre aplicações financeiras	297.759	160.975
Juros e variações monetárias	50.385	9.068
Outros (a)	(9.106)	(4.572)
Receitas financeiras	<u>339.038</u>	<u>165.471</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b)	(2.834.289)	(2.486.016)
Ajuste a valor presente - passivo oneroso (c)	(100.177)	-
Outras despesas financeiras	(47.030)	(45.977)
Despesas financeiras	<u>(2.981.496)</u>	<u>(2.531.993)</u>
Resultado financeiro	<u>(2.642.458)</u>	<u>(2.366.522)</u>

- (a) Saldo substancialmente representado pela provisão de PIS/COFINS sobre a receita financeira.

- (b) O valor dos juros é relacionado substancialmente aos encargos dos empréstimos e financiamentos, a variação é provocada pelo efeito do aumento das taxas de juros (TJLP) no exercício, conforme detalhado na nota explicativa 15.
- (c) A Companhia reconheceu a despesa financeira do ajuste a valor presente do contrato classificado como oneroso, conforme exigido pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme nota explicativa 13 (c).

25. Imposto de renda e contribuição social

O saldo das contas de prejuízo fiscal e IRPJ diferido (ativo e passivo) são contabilizados pela alíquota efetiva de 6,25%, decorrente da utilização do benefício de redução de 75% do IRPJ (SUDAM – Lucro da Exploração), vigente até 2027.

Seguindo as diretrizes do CPC 32, a administração elaborou estudos sobre a probabilidade de haver disponibilidade de lucro tributável, contra o qual os prejuízos fiscais ou créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Neste sentido, com base nas estimativas atuais, a Companhia decidiu não registrar nas demonstrações contábeis a totalidade dos seus créditos tributários diferidos, mantendo R\$ 295.939 em seu balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferida não constituída é de R\$ 701.527 mil em 31 de dezembro de 2025. Estes valores poderão ser utilizados pela Companhia futuramente, caso haja probabilidade de haver disponibilidade de lucro tributável suficiente.

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(1.552.852)	(1.552.852)	(1.417.295)	(1.417.295)
Alíquota do IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal – 34%	388.213	139.757	354.324	127.557
Efeitos tributários permanentes	668	240	(5.136)	(1.849)
Efeitos tributários temporários	(129.990)	(49.576)	(122.131)	(46.836)
Prejuízo fiscal/Base negativa	(258.891)	(90.421)	(227.058)	(78.871)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	-
Base do IRPJ e CSLL diferido	(1.555.523)	(1.555.523)	(1.396.753)	(1.396.753)
IRPJ e CSLL - 15,25%	97.220	139.997	87.297	125.708
Ativo Fiscal Diferido não constituído/baixado	(94.598)	(133.441)	(199.691)	(271.997)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.622	6.556	(112.394)	(146.289)
Total	9.178		(258.683)	

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	-	-
Provisão de PIS/COFINS – receita não faturada	-	-	-	-
Provisão PLR folha	-	-	-	-
Provisões para compra de energia elétrica	-	-	-	-
Total das diferenças temporárias	-	-	-	-
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9%
IR e CS sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	1.906.713	1.964.099	1.906.713	1.964.099
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9%
IR e CS s/ Prejuízo fiscal e Base negativa	119.170	176.768	119.170	176.769
Total	295.938		295.939	

Movimentação do ativo fiscal diferido:

Saldo ativo em 31 de dezembro de 2023	565.273
Constituição do período	96.302
Realização/reversão do período	(365.636)
Saldo ativo em 31 de dezembro de 2024	295.939
Constituição do período	-
Realização do período	-
Saldo ativo em 31 de dezembro de 2025	295.939

(c) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Juros capitalizados	(497.457)	(1.125.452)	(521.922)	(1.180.802)
Extensão da concessão (GSF)	(251.820)	(251.820)	(267.106)	(267.106)
Provisão energia elétrica	(401)	(401)	(2.609)	(2.609)
Diferenças temporárias passivas	(749.678)	(1.377.673)	(791.637)	(1.450.517)
Alíquota	6,25%	9%	6,25%	9%
Base de cálculo IRPJ e CSLL	(46.855)	(123.991)	(49.477)	(130.546)
Total	(170.845)		(180.024)	

Movimentação do passivo fiscal diferido:

Saldo passivo em 31 de dezembro de 2023	(190.675)
Constituição do período	-
Realização no período	10.651
Saldo passivo em 31 de dezembro de 2024	(180.024)
Constituição do período	-
Realização no período	9.179
Saldo passivo em 31 de dezembro de 2025	(170.845)

A composição do imposto diferido ativo líquido é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo fiscal diferido	295.938	295.939
Passivo fiscal diferido	(170.845)	(180.024)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, líquido	125.093	115.915

(d) Cronograma de realização do imposto diferido líquido:

	Ativo	Passivo	Valor líquido
2026	-	(8.130)	(8.130)
2027	-	(8.069)	(8.069)
2028	-	(8.069)	(8.069)
2029	10.340	(8.069)	2.271
2030	29.518	(8.069)	21.449
2031 em diante	256.081	(130.442)	125.639
	295.939	(170.848)	125.091

26. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa ao seu fluxo normal por qualquer um dos fatores de riscos abaixo:

(i) Risco de crédito

No ano de 2016 a Norte Energia iniciou sua operação comercial. Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado (leilões), de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (autoprodutores) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastreada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas (autoprodutor) entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida.

Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE, que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

A administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia busca diversificar suas aplicações em várias contrapartes, visando garantir retorno de capital compatível ao risco, sem concentrar sua exposição a um ente específico.

A Companhia possui o saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 17.845 (R\$ 18.952 em 31 de dezembro de 2024) decorrente da estimativa de perdas esperadas dos recebíveis (nota explicativa 5).

(ii) Risco de mercado

As receitas de energia obtidas no ACR e de APE são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, com base na variação do IPCA.

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu

fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 80% de seus compromissos contratuais estão atrelados ao índice de preço (IPCA), bem como seus contratos de venda de energia são pactuados no ACR e APE conforme citado, gerando um casamento de indexadores entre receitas e custos/despesas. Além disso, a Companhia obtém receitas de venda de energia no mercado de curto prazo, onde os preços são definidos em leilão com contratos bilaterais ou por meio de liquidação a preço de mercado junto a CCEE.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES, com as seguintes condições: prazo de 30 anos, taxa de juros de 5,5% a.a. (linha - PSI), TJLP + 2,25% (FINEM - Direto) e TJLP + 2,65% (FINEM - Indireto). As condições desses financiamentos são majoritariamente atreladas a juros pré-fixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Em 15 de maio de 2020 a Companhia concluiu a sua 1ª emissão pública de debêntures, foram emitidas 700.000 debêntures, totalizando R\$ 700.000. O prazo de vigência das debêntures é de 10 anos, sendo o vencimento em 15 de maio de 2030, com remuneração à taxa de IPCA + 7,25% ao ano (nota explicativa 15).

(iii) Risco de liquidez

A principal fonte de recursos da Companhia é proveniente de sua comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, outra origem de recursos utilizada foram os aportes de capital realizados de Acionistas. O quadro de Acionistas é formado por empresas líderes em seus respectivos setores, tais como elétrico, mineração, fundos de pensão e siderurgia. Além disso, o prazo das aplicações financeiras respeita as necessidades previstas no Plano de Negócios da Companhia, tanto para os recursos de curto quanto para os recursos de longo prazo, a maior parte dos ativos investidos pela Companhia não extrapolam a carência máxima de 90 dias e a aplicações de longo prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha com baixo risco de *default*.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 83.749 em 31 de dezembro de 2025. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE, serão suportadas pelas receitas de operações e/ou captação de financiamentos.

A seguir estão apresentados os vencimentos contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	1 a 2 Anos	2 a 3 Anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
BNDES Direto FINEM	12.091.263	22.598.577	1.347.948	1.378.516	1.399.687	1.412.270	1.419.554	15.640.602
BNDES Indireto	11.721.508	22.420.730	1.337.339	1.367.663	1.388.673	1.401.096	1.408.295	15.517.664
BNDES PSI	3.386.037	4.954.439	324.881	324.881	324.881	324.881	324.881	3.330.034
Debêntures	778.580	1.001.914	204.661	214.904	225.288	235.378	121.683	-
Total	27.977.388	50.975.660	3.214.829	3.285.964	3.338.529	3.373.625	3.274.413	34.488.300

(iv) Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é proveniente da produção por usina hidrelétrica, a qual depende do acúmulo de água no reservatório. Caso haja períodos prolongados de escassez de chuva resultando em redução do volume de água do reservatório da usina, a Companhia incorrerá em custos maiores para aquisição de energia de outras fontes, como a térmica, por exemplo. Além

disso, pode haver redução de receita por conta de redução compulsória da Energia Garantida da usina pelo ONS (GSF).

Com vistas a mitigar esse risco a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico nos termos da Resolução Normativa nº 684/2015 emitida pela ANEEL, por meio do produto de repactuação SPR 100 que protege os 70% de sua energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada. O risco hidrológico, constituído pela insuficiência de geração do MRE, passou a ser transferido aos consumidores a partir de janeiro de 2018 até o final do período de concessão, no montante de 10% do preço da energia nos contratos regulados. O risco possui como contrapartida o pagamento de prêmio, consubstanciado em uma fórmula que leva em consideração o montante da energia repactuada. O produto de repactuação que confere proteção ao risco hidrológico é da classe SPR. A Norte Energia transfere ao consumidor a energia secundária e o risco de redução da garantia física. A Companhia não suportará risco de insuficiência de geração.

Quanto à energia descontratada, a Companhia faz o acompanhamento das exposições para adotar a melhor prática possível, para honrar os compromissos de energia e para a manutenção do caixa. Dentre as práticas, faz-se o uso das compras bilaterais para minimizar a exposição ao mercado de curto prazo e liquidações a PLD.

(v) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os Acionistas.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas e requerimentos de *covenants* financeiros. A Companhia monitora o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido, acrescida da dívida líquida.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	27.948.592	28.262.796
Fornecedores	756.877	837.504
Outras contas a pagar	1.221.867	679.572
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(847.695)	(796.696)
	<u>29.079.641</u>	<u>28.983.176</u>
Patrimônio líquido	8.048.415	9.587.101
Patrimônio e dívida líquida	<u>37.128.056</u>	<u>38.570.277</u>
Quociente de alavancagem	<u>78%</u>	<u>75%</u>

Para atingir esse objetivo geral, a gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que cumpre com os compromissos financeiros associados aos empréstimos e financiamentos, que definem os requisitos de estrutura de capital. As quebras no cumprimento dos *covenants* financeiros permitiriam que o banco requeresse imediatamente a liquidação dos empréstimos e financiamentos.

Não foram efetuadas alterações nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(vi) Instrumentos financeiros por categoria

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros da Companhia são: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, partes relacionadas, arrendamentos e outras contas a pagar os quais foram classificados como “custo amortizado” e aplicações financeiras classificados ao valor justo por meio do resultado.

27. Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O endividamento total da Companhia está subdivido em três linhas de crédito junto ao BNDES: BNDES Direto, BNDES Indireto (repassadores) e BNDES PSI. Além disso, também existe uma série de debêntures.

As linhas BNDES Direto e BNDES Indireto são indexadas, exclusivamente, à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Já a linha BNDES PSI está atrelada à taxa pré-fixada em 5,5% ao ano. E as debêntures estão indexadas ao IPCA.

As debêntures estão apresentadas sem as deduções com gastos na emissão.

	31/12/2025	%	31/12/2024	%
BNDES Direto	12.091	43,2%	12.140	42,9%
BNDES Indireto	11.722	41,9%	11.756	41,5%
BNDES PSI	3.386	12,1%	3.526	12,5%
Debêntures	779	2,8%	877	3,1%
	27.978		28.299	

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste dos contratos de financiamento junto ao BNDES. Contudo, uma parcela do financiamento está atrelada à taxa de juros pré-fixada de 5,5% a.a., linha FINAME – PSI.

Os CPCs 39, 40 e 48 dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Além disso, a Companhia apresenta de dois cenários específicos, sendo que tais cenários consideram uma situação de deterioração de 25% e 50% em relação à situação provável, conforme exigido pela CVM.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com o BNDES na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 3 cenários diferentes, considerando somente a parcela do financiamento atrelada a indexador pós-fixado (TJLP). Com base nos valores da TJLP vigentes em 31 de dezembro de 2025, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025.

A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2025 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (pós-fixado)	24.348.339	24.867.079	25.388.497
Taxa sujeita à variação	7,20%+2,46%	9,00%+2,46%	10,80%+2,46%
Despesa financeira projetada	2.265.248	2.712.635	3.163.793
Variação - R\$	-	447.387	898.545

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	3.238.534	3.238.534	3.238.534
Taxa sujeita à variação	5,50%	5,50%	5,50%
Despesa financeira projetada	177.378	177.378	177.378
Variação - R\$	-	-	-

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - BNDES (Integral)	27.586.873	28.105.613	28.627.031
Despesa financeira projetada	2.442.626	2.890.013	3.341.171
Variação - R\$	-	447.387	898.545

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Financiamento - Debêntures (pós-fixado)	906.717	919.947	933.186
Taxa sujeita à variação	7,25%+5,91%	7,25%+7,39%	7,25%+8,87%
Despesa financeira projetada	112.476	125.754	139.045
Variação - R\$	-	13.278	26.569

O ativo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando a data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 3 cenários diferentes, projetados para o período de 12 meses, com base nos valores do CDI vigentes em 31 de dezembro de 2025, sendo definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas variações de deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações	1.564.085	1.564.085	1.564.085
Taxa sujeita à variação	14,25%	10,69%	7,13%
Receita financeira projetada	222.882	167.201	111.519
Variação - R\$	-	(55.681)	(111.363)

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha cobertura de seguros compatível com as práticas usuais do setor elétrico, abrangendo riscos operacionais, responsabilidade civil das operações e de administradores (D&O), frota de veículos, patrimônios específicos (escritórios e planta fotovoltaica) e responsabilidade civil obrigatória para drones (RETA).

A apólice de Riscos Operacionais emitida pela seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., com vigência até dezembro de 2026, possui limite de cobertura de R\$ 2 bilhões, respaldado por laudo patrimonial atualizado em maio de 2025 em aproximadamente R\$ 32 bilhões, e conta com resseguro de mais de 90% do risco junto a resseguradoras líderes globais.

Notas Explicativas

Complementarmente, a Companhia possui a cobertura de Responsabilidade Civil Operações de até R\$ 150 milhões (vigência até dezembro de 2026) conforme apólice contratada junto a segurador Chubb Seguros do Brasil S.A. e cobertura de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) de até R\$ 200 milhões, com vigência até fevereiro de 2026 emitida pelo consórcio de seguradoras AIG Seguros Brasil S.A. e Tokio Marine Seguradora S.A. Também permanecem vigentes apólices de frota de veículos, planta fotovoltaica e seguro obrigatório RETA para drones, em valores adequados às respectivas operações

* * *

Notas Explicativas

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 3FCEBDED-245A-4848-B704-DA7CB300FF5D		Status: Concluído
Assunto: Docusign: NESA 2025 - Relatório e Demonstrações Financeiras		
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)		
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 76	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 2	Rubrica: 0	Eder Almeida
Assinatura guiada: Ativado		Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		São Paulo, São Paulo 04538-132
		eder.almeida@pwc.com
		Endereço IP: 34.100.9.85

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Eder Almeida	Local: DocuSign
28 de janeiro de 2026 20:04	eder.almeida@pwc.com	
Status: Original	Portador: CEDOC Brasil	Local: DocuSign
28 de janeiro de 2026 20:25	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team	
	@pwc.com	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Marcos Magnusson de Carvalho marcos.carvalho@pwc.com Sócio PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital	DocuSigned by:  D2E5968FAA8D4FB... Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada Usando endereço IP: 134.238.160.2	Enviado: 28 de janeiro de 2026 20:12 Visualizado: 28 de janeiro de 2026 20:16 Assinado: 28 de janeiro de 2026 20:24
Detalhes do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC SERASA RFB v5 Assunto: CN=MARCOS MAGNUSSON DE CARVALHO:25101003867	Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://publicacao.certificadodigital.com.br/repositorio/dpc/declaracao-rfb.pdf	

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Notas Explicativas Eder Almeida eder.almeida@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign	Copiado	Enviado: 28 de janeiro de 2026 20:25 Visualizado: 28 de janeiro de 2026 20:25 Assinado: 28 de janeiro de 2026 20:25
 Juliana Almeida juliana.salmeida@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign	Copiado	 Enviado: 28 de janeiro de 2026 20:12

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	28 de janeiro de 2026 20:12
Entrega certificada	Segurança verificada	28 de janeiro de 2026 20:16
Assinatura concluída	Segurança verificada	28 de janeiro de 2026 20:24
Concluído	Segurança verificada	28 de janeiro de 2026 20:24

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



**DIVULGAÇÃO
DE RESULTADOS
4T25**



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE



Diretoria Administrativa, Financeira e Relações com Investidores

Contatos RI

Júlio César de Oliveira Freitas

Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

juliofreitas@norteenergiasa.com.br

Equipe de RI

Fones: (61) 3410-2042 / (61) 3410-2160 / (61) 3410-2228

Site: www.norteenergiasa.com.br

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Sumário

Destaques do 4º Trimestre de 2025 4

Destaques Financeiros 7

Resumo do Empreendimento 8

Resumo Cronológico dos Principais Eventos..... 9

Estrutura Empresarial 10

Demonstração do Resultado 11

Receita 12

Custo de Venda 12

Custos de Operação 13

Despesas Administrativas 13

EBITDA Acumulado 14

Resultado Financeiro 15

Investimentos 15

Endividamento 16

Operação 17

Socioambiental 19

Transparência 22

Sustentabilidade e ESG 23

Anexo I - Balanço Patrimonial 26



Destaques do 4º Trimestre de 2025

Estudo publicado na Universidade de Oxford confirma baixas emissões de CO2 da Usina Belo Monte.

Data da publicação: 09/12/2025

Um novo estudo publicado na Revista Clean Energy, da Universidade de Oxford, no Reino Unido, concluiu que as emissões do reservatório da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará, são 33,3% inferiores ao cálculo anterior.

O artigo científico “Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa do Reservatório da Usina Hidrelétrica Belo Monte” é de autoria do meteorologista brasileiro Claudio Augusto Borges Pavani, doutorando da COPPE/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). O trabalho aprofunda um estudo anterior da própria COPPE e reforça, com base científica, que Belo Monte é uma aliada no desafio da transição energética.

Entre 2019 e 2022, dez pesquisadores da COPPE/UFRJ realizaram seis campanhas de medição em 45 pontos da Bacia do rio Xingu e do reservatório da hidrelétrica, monitorando emissões ao longo de três anos. O estudo confirmou que as emissões associadas ao empreendimento estão entre as mais baixas já observadas em hidrelétricas de grande porte.

Para aumentar a precisão das estimativas de valores globais do projeto como um todo, os pesquisadores aplicaram o Método de Monte Carlo, que permite simular milhares de combinações possíveis e reduzir incertezas, oferecendo um retrato mais robusto das emissões reais do reservatório.

Os resultados demonstram que, em termos de intensidade energética, Belo Monte apresentava um fator de emissão de 1,79 gCO₂e/kWh pelo cálculo analítico tradicional e aplicando o método Monte Carlo o fator de emissão foi de 1,20 gCO₂e/kWh.

“O objetivo do estudo foi aumentar a precisão da estimativa de emissão de GEE global do reservatório de Belo Monte a partir da utilização da análise de todos os valores possíveis e de qualidade que o Método de Monte Carlos propicia”, explica Cláudio Pavani.

Emissão ínfima se comparada a outras fontes

A análise dos resultados, quando relacionada à energia efetivamente gerada, mostra que Belo Monte apresenta um fator de emissão de apenas 1,2 gCO₂e por kWh, índice inferior ao de outras fontes renováveis, como a solar, que varia entre 5 e 20 gCO₂e/kWh, e a eólica, entre 2 e 12 gCO₂e/kWh. O desempenho também se destaca quando comparado a fontes fósseis: usinas a carvão chegam a emitir cerca de 930 gCO₂e/kWh, enquanto usinas a gás natural apresentam aproximadamente 412 gCO₂e/kWh, segundo dados do IPCC (2014).

“As hidrelétricas costumam ser estigmatizadas, mas Belo Monte é um projeto de alta eficiência e baixas emissões. É uma usina com reservatório pequeno e capacidade gigantesca de geração. Quando se compara a emissão de gases com a energia produzida, fica evidente o quanto esse projeto é positivo sob as óticas energética e ambiental”, afirma Marco Aurélio Santos, coordenador da pesquisa da COPPE e professor orientador da tese de Pavani.

O estudo também rebate trabalhos anteriores que superestimaram as emissões da usina por não considerarem as remoções naturais de gases nem o cenário anterior ao enchimento do reservatório, aspectos essenciais para uma análise completa do ciclo do carbono. O recente trabalho se baseia em medições mais amplas e metodologia aprimorada.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

“Estou seguro em dizer que Belo Monte é um dos melhores projetos hidrelétricos do ponto de vista de baixas emissões e eficiência. E acreditamos que, entre cinco e dez anos, a tendência é que as emissões sejam ainda menores”, conclui Marco Aurélio Santos. De fato, as hidrelétricas se destacam pela eficiência na geração de energia limpa e renovável e garantem a estabilidade do sistema elétrico, pois não sofrem intermitências, com a solar e eólica, e produzem energia em grande escala.

Tomando Belo Monte como exemplo, desde 2019 a usina evitou a emissão de 84,4 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera, quando comparada às emissões de uma usina termelétrica a gás, no mesmo período. Isso acontece porque enquanto Belo Monte está gerando energia renovável para o Brasil, diminui a necessidade do acionamento de outras fontes de energia poluentes e mais caras para a população, principalmente em momentos de pico de consumo nacional. O cálculo considera a geração de Belo Monte até setembro de 2025 e foi feito com base no Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), maior autoridade mundial sobre aquecimento global.

Somente em 2025 foram evitadas 12 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera, o que equivale a uma estimativa de 1,3 milhão de carros a menos nas ruas por dia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



 Geração	No 4T25 a geração foi de 7.060 MWm.
 Comercialização	A comercialização de energia no 4T25 foi de 4.456 MWm.
 Fotovoltaica	A fotovoltaica produziu 1.470 MWh, energia utilizada para compensar o consumo de energia dos escritórios e demais instalações da Companhia no Estado do Pará.
 Custos e Despesas	PMSO gerenciável (Pessoal, Material, Serviços e Outros) de R\$ 78,6 milhões no 4T25, que corresponde a 4% da receita bruta.
 Transparência	No 4T25, o Programa “Conheça Belo Monte” recebeu 1.203 visitantes. A iniciativa tem como propósito promover a transparência, fortalecer o relacionamento com os públicos estratégicos.
 ESG	A Norte Energia é um agente estratégico da transição energética brasileira, garantindo segurança e confiabilidade ao SIN por meio da UHE Belo Monte. Sua atuação integra geração de energia limpa, desenvolvimento socioeconômico regional e proteção da floresta na Bacia do Xingu, contribuindo para uma matriz elétrica sustentável e resiliente.



Destaques Financeiros

A Receita Operacional Líquida reduziu 19% em relação ao 4T24, em função do menor volume de energia comercializado no Mercado Livre (ACL). Essa redução está alinhada à estratégia de valorização da energia produzida pela UHE Belo Monte, priorizando a comercialização em condições mais favoráveis de preços, em consonância com as tendências observadas no mercado.

O EBITDA atingiu R\$ 766,6 milhões no 4T25, um aumento de 26% em relação aos R\$ 608,2 milhões registrados no 4T24, evidenciando a melhora do desempenho operacional, mesmo em um contexto de menor receita.

Os investimentos totalizaram R\$ 99,9 milhões no 4T25, representando uma redução de 29% frente aos R\$ 141,0 milhões registrados no 4T24. A variação decorre, principalmente, da diminuição dos investimentos socioambientais e da significativa redução nas obras civis, em função do processo em andamento para a conclusão do Almojarifado.

A dívida bruta encerrou o 4T25 em R\$ 27,95 bilhões, representando uma redução de 1,11% em relação ao 4T24. Esse movimento reflete, sobretudo, o cumprimento do cronograma de amortizações contratuais e a ausência de novas captações de recursos no período, mesmo em um cenário de elevação das taxas de juros.

De forma semelhante, a dívida líquida atingiu R\$ 26,38 bilhões no 4T25, apresentando uma redução de 2,41% em comparação com o mesmo período do ano anterior, resultado também favorecido pelo aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, que contribuiu diretamente para a melhora do indicador.

O Resultado Líquido apurou prejuízo de R\$ 344,4 milhões no 4T25, representando uma variação de 58% em comparação ao 4T24. Esse desempenho reflete, principalmente, a aumento das despesas financeiras ao longo do período, bem como a não constituição do ativo fiscal diferido, fatores que impactaram negativamente o resultado final da Companhia.

R\$ Mil						
Principais Indicadores	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
Indicadores Financeiros						
Receita operacional líquida	1.557.786	1.953.697	-20%	6.275.455	6.249.120	0%
EBITDA	766.596	608.238	26%	2.980.288	2.717.103	10%
Margem de EBITDA	49,2%	31,1%	18,1p.p	47,5%	43,5%	4p.p
Resultado líquido	(344.381)	(822.163)	-58%	(1.543.674)	(1.675.978)	-8%
Investimento	99.932	141.024	-29%	266.190	394.636	-33%
Dívida Líquida	26.383.572	27.035.187	-2%	26.383.572	27.035.187	-2%
ICSD ¹	1,00	0,90	11,1%	1,00	0,90	11,1%
IC ²	19,60%	22,42%	-2,8p.p	19,60%	22,42%	-2,8p.p
Indicadores Operacionais						
Fator de Disponibilidade - Belo Monte	1,0237	1,0254	-0,2p.p	1,0237	1,0254	-0,2p.p
Fator de Disponibilidade - Pimental	1,0333	1,0301	0,3p.p	1,0333	1,0301	0,3p.p
Índice de Disponibilidade - Belo Monte	99,38	99,55	-17p.p	99,38	99,55	-17p.p
Índice de Disponibilidade - Pimental	96,12	95,82	30p.p	96,12	95,82	30p.p
Empregados	411	419	-2%	411	419	-2%



Resumo do Empreendimento

Concessionário

NORTE ENERGIA S.A.
Contrato de Concessão 001/2010 MME -
UHE Belo Monte
Prazo da Concessão: 35 anos
Data Início da Concessão: 26/08/2010
Data do Fim da Concessão: 13/07/2046

Dados Gerais

Proprietária: Norte Energia S.A.
Potência Instalada: 11.233,1 MW
Rio: Xingu
Sub-Bacia: Rio Xingu
Bacia: Rio Amazonas
Áreas Inundadas:
Área do reservatório (NA máx. normal):
478 km²
Perímetro do reservatório: 687 km
Volumes no NA Máx.:
Reservatório Principal: 2.271 x 106 m3
Reservatório Intermediário: 2.237 x 106
m3
NA de Montante (Res. Principal/Res.
Intermediário)
Mínimo Normal: 96,70m / 94,77m
Máximo Normal: 97,00m / 97,00m
Máximo Maximorum: 97,50m / 97,50m
Garantia Física:
UHE Belo Monte: 4.418,9 MW
UHE Pimental: 152,1 MW
Total: 4.571,0 MW
Marcos Principais Relevantes
Obtenção da LI: 31/03/2011
Início das Obras Cíveis Estruturais:
31/05/2011

Sítio Belo Monte

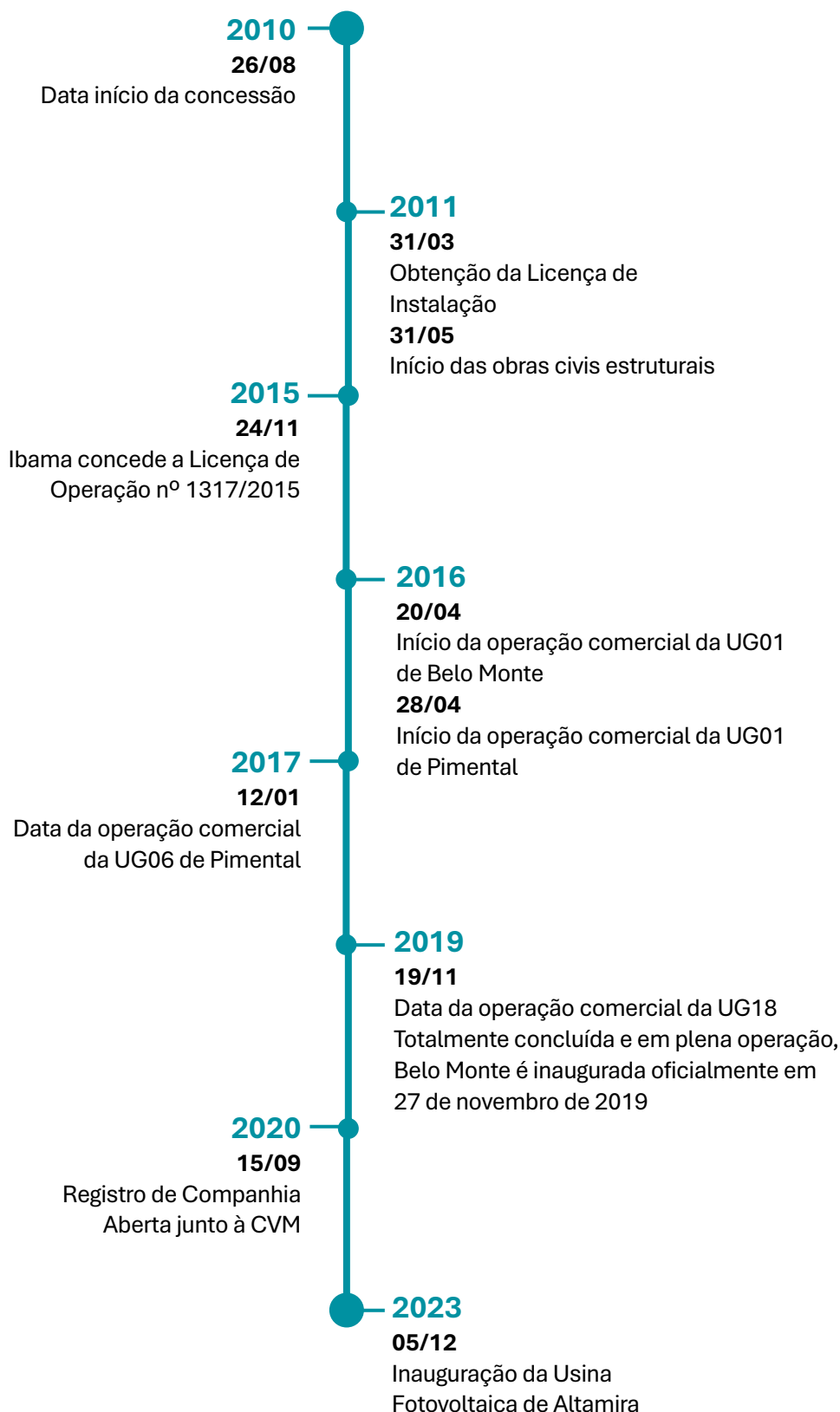
Casa de Força Principal
Tipo: Abrigada
Nº de Unidades Geradoras: 18 unidades
Tomada d'Água Principal
Tipo: Gravidade
Comprimento total: 627,0 m
Nº de vãos: 36 vãos
Comportas
Tipo: Vagão
Acionamento: Hidráulico
Turbinas da Casa de Força Principal
Tipo: Francis
Potência Unit.: 611,1 MW
Queda de referência: 87m
Vazão Unitária Nominal: 775 m3/s

Sítio Pimental

Casa de Força Principal
Tipo: Abrigada
Nº de Unidades Geradoras: 6 unidades
Tomada d'Água Complementar
Tipo: Incorporada
Comprimento total: 114,3 m
Nº de vãos: 12 vãos
Comportas
Tipo: Ensecadeira
Acionamento: Pórtico
Turbinas da Casa de Força
Complementar
Tipo: Bulbo
Potência Unit. Nominal: 38,85 MW
Rotação Síncrona: 100 rpm
Queda de Referência: 11,4 m
Vazão Unit. Nominal: 380 m3/s
Rendimento Ponderado: 97,90%
Peso Total por Unidade: 2.700 kN



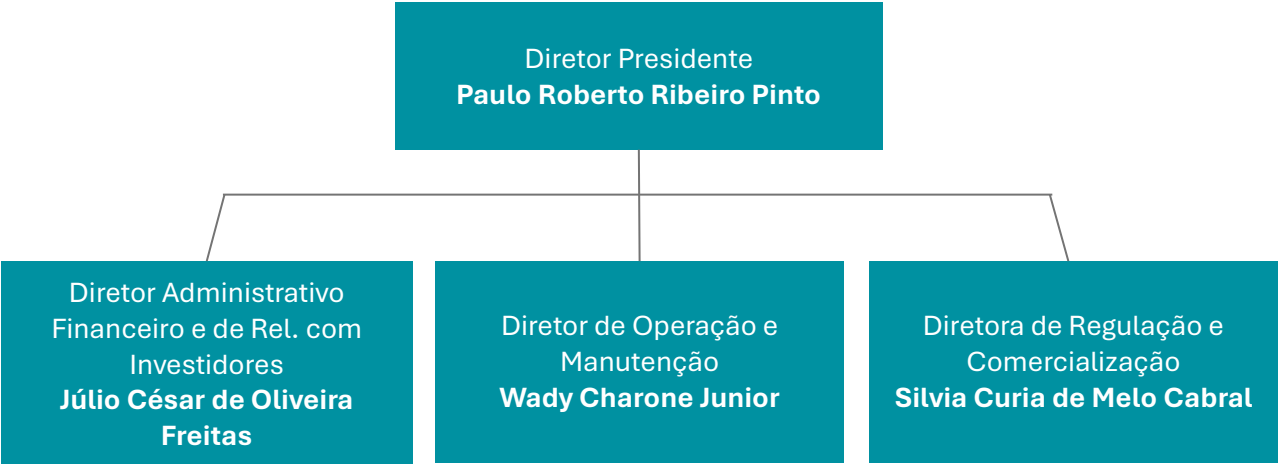
Resumo Cronológico dos Principais Eventos





Estrutura Empresarial

Diretoria



Composição Acionária





Demonstração do Resultado

	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
R\$ Mil						
Receita operacional líquida	1.557.786	1.953.697	-20%	6.275.455	6.249.120	0%
Custos da venda de energia	(587.748)	(673.878)	-13%	(2.059.807)	(2.205.183)	-7%
Energia comprada para revenda	(197.809)	(320.005)	-38%	(570.504)	(804.259)	-29%
Encargos de transmissão	(386.148)	(350.845)	10%	(1.477.947)	(1.388.878)	6%
Serviços de operação e manutenção	(3.791)	(3.028)	25%	(11.356)	(12.046)	-6%
Custos de operação	(630.440)	(1.068.907)	-41%	(2.955.137)	(2.887.821)	2%
Pessoal, adm. e serviços de terceiros	(36.816)	(38.387)	-4%	(137.663)	(140.600)	-2%
Depreciação e amortização	(463.510)	(438.191)	6%	(1.873.391)	(1.751.954)	7%
Outros	(130.114)	(592.329)	-78%	(944.083)	(995.267)	-5%
Lucro bruto	339.598	210.912	61%	1.260.511	1.156.116	9%
Despesas operacionais	(40.784)	(45.253)	-10%	(170.905)	(206.889)	-17%
Administrativas	(36.512)	(40.865)	-11%	(153.614)	(190.966)	-20%
Depreciação e amortização	(4.272)	(4.388)	-3%	(17.291)	(15.923)	9%
Lucro Operacional	298.814	165.659	80%	1.089.606	949.227	15%
EBITDA	766.596	608.238	26%	2.980.288	2.717.103	10%
Resultado financeiro	(646.120)	(624.650)	3%	(2.642.458)	(2.366.522)	12%
Receitas financeiras	122.929	41.968	193%	339.038	165.471	105%
Despesas financeiras	(769.049)	(666.618)	15%	(2.981.496)	(2.531.993)	18%
Prejuízo antes do IR e CSLL	(347.306)	(458.991)	-24%	(1.552.852)	(1.417.295)	10%
IR e CSLL diferidos	2.925	(363.171)	-101%	9.178	(258.683)	-104%
Prejuízo do período	(344.381)	(822.162)	-58%	(1.543.674)	(1.675.978)	-8%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Receita

	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
Receita Bruta	1.790.689	2.216.562	-19%	7.441.275	7.255.181	3%
ACR	1.335.010	1.262.586	6%	5.029.332	4.809.781	5%
APE	298.286	275.344	8%	1.040.475	978.142	6%
ACL	157.393	678.632	-77%	1.253.643	1.384.807	-9%
MCP	-	-		117.824	82.451	43%
Deduções da Receita	(232.903)	(262.865)	-11%	(1.165.819)	(1.006.061)	16%
Receita Líquida	1.557.786	1.953.697	-20%	6.275.455	6.249.120	0%

A Norte Energia tem 4.571 MWm de Garantia Física, sendo 80% (3.657 MWm) alocados em contratos de longo prazo até 2045, dos quais 70% estão destinados ao Mercado Regulado (ACR) e 10% para autoprodutores (APE) que também são acionistas da Companhia. Os 20% remanescentes da Garantia Física (914 MWm) destinam-se à cobertura de perdas, gestão do risco hidrológico e comercialização no Mercado Livre (ACL), por meio de contratos de curto prazo. A parcela da Garantia Física comercializada no ACR está protegida do risco hidrológico por meio do seguro SPR100, mediante pagamento do prêmio correspondente.

A Receita Bruta do 4T25 apresentou redução em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo, principalmente, o menor volume de energia comercializado no Mercado Livre (ACL). Esse cenário decorre dos efeitos, ao longo do 4T24, de uma operação estruturada de compra e venda de energia, que impactou a base comparativa do período.

Em contrapartida, o crescimento da receita observado nos ambientes ACR e APE no 4T25, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, decorre do reajuste anual dos contratos pelo IPCA.

Custo de Venda

	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
Custos de Venda	(587.748)	(673.878)	-13%	(2.059.807)	(2.205.183)	-7%
Custo de compra de energia	(197.809)	(320.005)	-38%	(570.504)	(804.259)	-29%
Encargos de transmissão	(386.148)	(350.845)	10%	(1.477.947)	(1.388.878)	6%
Serviços de O&M	(3.791)	(3.028)	25%	(11.356)	(12.046)	-6%

A redução do custo de compra de energia no Mercado Livre (ACL) decorre, principalmente, do menor volume de energia negociado no trimestre. Esse movimento também reflete os efeitos, ao longo do 4T24, de uma operação estruturada de compra e venda de energia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Custos de Operação

	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
Custos de operação	(630.440)	(1.068.907)	-41%	(2.955.137)	(2.887.821)	2%
Contrato Oneroso	-	(464.386)	-100%	(426.024)	(464.386)	-8%
Pessoal	(15.700)	(16.271)	-4%	(65.466)	(64.102)	2%
Serviços de terceiros	(21.116)	(22.117)	-5%	(72.197)	(76.499)	-6%
Depreciação e amortização	(463.510)	(438.191)	6%	(1.873.391)	(1.751.954)	7%
Seguros	(124.755)	(122.038)	2%	(495.487)	(487.789)	2%
Provisão	224	61	267%	1.045	(18.874)	-106%
Materiais	(3.190)	(2.906)	10%	(6.882)	(5.230)	32%
Outros	(2.393)	(3.059)	-22%	(16.735)	(18.987)	-12%

No 4T25, observa-se uma redução no custo da operação, reflexo do fluxo de entrega de energia associado ao contrato oneroso constituído no 4T24. A realização das operações de compra e venda de energia elétrica futura contribuiu para a redução do descompasso entre os volumes contratados, promovendo uma melhor adequação entre compras e vendas no período. Como resultado, houve diminuição dos custos adicionais anteriormente reconhecidos.

Além disso, a variação observada nas linhas de Outros e Provisões decorre das reversões associadas às perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

Despesas Administrativas

	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
Despesas administrativas	(40.784)	(45.253)	-10%	(170.905)	(206.889)	-17%
Pessoal	(17.567)	(17.363)	1%	(71.407)	(70.640)	1%
Materiais	(364)	(686)	-47%	(1.773)	(2.253)	-21%
Serviços de terceiros	(16.113)	(23.781)	-32%	(61.619)	(91.625)	-33%
Depreciação e amortização	(4.272)	(4.388)	-3%	(17.291)	(15.923)	9%
Arrendamentos e aluguéis	(294)	(577)	-49%	(1.344)	(2.347)	-43%
Seguros	(186)	(198)	-6%	(1.024)	(989)	4%
Passagens	(332)	(580)	-43%	(1.424)	(2.074)	-31%
Internet	(186)	(157)	18%	(688)	(926)	-26%
Provisão	(1.560)	6.414	-124%	(4.599)	(187)	2359%
Legais e judiciais	(174)	(1.144)	-85%	(6.663)	(4.660)	43%
Outros	264	(2.793)	-109%	(3.073)	(15.265)	-80%

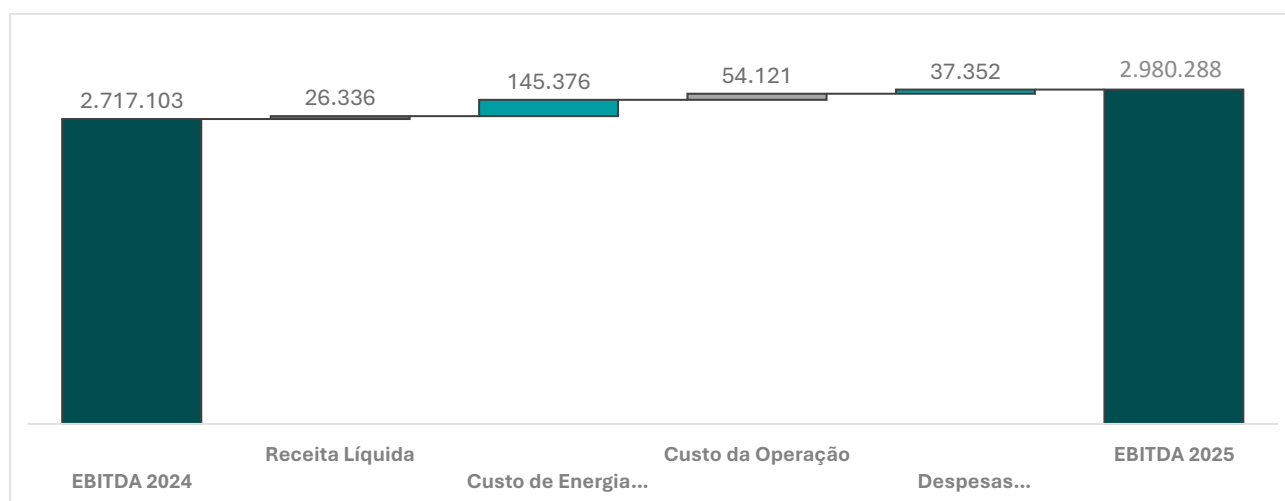
A redução das despesas administrativas no 4T25 decorre, principalmente, da variação na linha de Provisões, explicada pelo maior volume de reversões registrado no 4T24, relacionadas a provisões para litígios cíveis, o que impactou a base comparativa do período.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Adicionalmente, a variação na linha de Outros reflete a baixa de perda na alienação de bens e direitos do imobilizado registrada no 4T24, evento não recorrente que contribuiu para a redução das despesas no 4T25.

No que se refere às despesas legais e judiciais, embora tenha sido registrada redução no 4T25, a análise anual indica aumento aproximado de 43%, equivalente a R\$ 2,9 milhões, decorrente do pagamento de guia judicial para substituição de penhora, determinado em processo cível, o que contribuiu significativamente para a variação observada entre os períodos.

EBITDA Acumulado



O EBITDA acumulado até o 4T25 foi de R\$ 2.980,2 milhões, frente aos R\$ 2.717,1 milhões acumulado até o 4T24. A variação no trimestre é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- **Menor custo de energia vendida:** em função da redução no volume de energia comercializada no ACL.
- **Aumento dos custos operacionais:** decorrente da complementação da provisão socioambiental.
- **Redução das despesas operacionais:** em razão da diminuição das despesas administrativas.

	R\$ Mil					
	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
PMSO	(78.687)	(85.157)	-8%	(313.849)	(374.658)	-16%
Pessoal	(33.267)	(33.634)	-1%	(136.873)	(134.742)	2%
Materiais	(3.554)	(3.592)	-1%	(8.655)	(7.483)	16%
Serviços de terceiros	(37.229)	(45.898)	-19%	(133.816)	(168.124)	-20%
Outros	(4.637)	(2.033)	128%	(34.505)	(64.309)	-46%
Não Gerenciáveis	(1.180.285)	(1.702.881)	-31%	(4.872.000)	(4.925.235)	-1%

Com a segregação dos custos e despesas gerenciáveis e não gerenciáveis, observamos que o maior impacto continua concentrado em rubricas sobre as quais a Companhia possui pouca ou nenhuma capacidade de gestão, como a compra de energia. No 4T25, a principal oscilação concentra-se na linha de "outros", em função da constituição de provisões para litígios trabalhista, em comparação ao 4T24.



No PMSO, composto por rubricas sob total gestão da Companhia, a variação no trimestre foi de 8%. Esse resultado reflete o controle rigoroso das despesas operacionais, alinhado à estratégia de eficiência da Companhia.

Resultado Financeiro

	R\$ Mil					
	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
Receitas financeiras	122.929	41.968	193%	339.038	165.471	105%
Juros sobre aplicações financeiras	80.031	42.437	89%	297.759	160.975	85%
Juros e variações monetárias	46.575	1.389	3253%	50.385	9.068	456%
Outras receitas financeiras	(3.677)	(1.858)	98%	(9.106)	(4.572)	99%
Despesas financeiras	(769.049)	(666.618)	15%	(2.981.496)	(2.531.993)	18%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(727.720)	(648.127)	12%	(2.834.289)	(2.486.016)	14%
Ajuste a valor presente- passivo oneroso	(28.065)	0		(100.177)	0	
Outras despesas financeiras	(13.264)	(18.491)	-28%	(47.030)	(45.977)	2%
Resultado Financeiro	(646.120)	(624.650)	3%	(2.642.458)	(2.366.522)	12%

No 4T25, as receitas financeiras apresentaram aumento de 193% em comparação ao 4T24, reflexo do maior volume de caixa disponível, decorrente da retenção das parcelas em razão da liminar relacionada ao EUST, bem como da melhor gestão e controle de gastos, que resultaram na elevação dos rendimentos sobre aplicações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em dezembro de 2025, foi registrado o lançamento de atualização financeira referente a extensão da outorga no valor de R\$ 45,3 milhões, contribuindo para o aumento das receitas financeiras no período.

Em relação às despesas financeiras, houve um aumento de 12% no grupo de juros sobre empréstimos e financiamentos em comparação ao 4T24, em função da elevação da TJLP, que passou de 7,43% para 9,07% no período, além do ajuste a valor presente do contrato classificado como oneroso.

Investimentos

	R\$ Mil					
	4T2025	4T2024	%	Acum 2025	Acum 2024	%
Investimentos	99.932	141.024	-29%	266.190	394.636	-33%
Obras Civas	133	2.451	-95%	(265)	19.556	-101%
Forn. e Montagem de Equipamentos	15.240	13.037	17%	27.298	37.204	-27%
Socioambiental	76.158	111.700	-32%	207.128	289.182	-28%
Outros	8.401	13.836	-39%	32.029	48.694	-34%

A redução dos investimentos, de R\$ 141 milhões no 4T24 para R\$ 99,9 milhões no 4T25, deve-se principalmente à diminuição dos investimentos socioambientais, que apresentaram redução de 32%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

(R\$ 35,5 milhões), e das Obras Civas, com redução de 95% (R\$ 2,31 milhões), em decorrência do encerramento da vigência contratual e do processo em andamento para contratação de nova empresa responsável pela conclusão da obra do Almoarifado.

Na linha de fornecimento e montagem de equipamentos, verificou-se um aumento de R\$ 2,2 milhões (17%), em razão da maior necessidade de aquisição de ferramentas, equipamentos, materiais sobressalentes e itens de depósito.

Endividamento

Estrutura do Financiamento

Dívida (R\$ Mil)	Encargos	Liberado	Amortização	Vencimento
BNDES - Direto - FINEM	TJLP + 2,25%	8.615.078	Iniciada	jan-42
BNDES - Direto - PSI	5,50%	3.685.314	Iniciada	mar-41
BNDES - Indireta	TJLP + 2,65%	8.201.197	Iniciada	jan-42
CEF	TJLP + 2,65%	6.378.709	Iniciada	jan-42
BTG	TJLP + 2,65%	1.822.488	Iniciada	jan-42
Debêntures	IPCA + 7,25%	700.000	Iniciada	mai-30
TOTAL		21.201.589		

O financiamento da construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, maior financiamento já concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi subdividido em duas linhas de crédito: FINEM e PSI. A parcela indireta do FINEM teve como bancos repassadores CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e BTG PACTUAL.

Em junho/20 a Companhia emitiu sua 1ª série de debêntures no valor de R\$ 700 milhões para complementar o *funding* para a conclusão da obra. A emissão foi classificada pela *Fitch Ratings* com AA (escala nacional), tem 10 anos de prazo, juros semestrais e carência de 4 anos para amortização de principal. Os títulos têm como garantia fiança bancária no montante da emissão até dezembro de 2021 e, após esse período, compartilhamento de garantias com o BNDES e repassadores (penhor de ações dos acionistas da Norte Energia e recebíveis).

Saldo Devedor

						R\$ Mil
Dívida	Liberado	Despesa Financeira	Juros Pagos	Amortização	Custos de Emissão	Saldo Devedor
BNDES - Direto - FINEM	8.615.078	11.540.833	(6.267.074)	(1.797.574)		12.091.263
BNDES - Direto - PSI	3.685.314	2.439.002	(1.767.750)	(970.528)		3.386.038
BNDES - Indireta	8.201.196	11.520.009	(6.342.182)	(1.657.516)		11.721.507
CEF	6.378.708	8.960.007	(4.932.808)	(1.289.180)		9.116.727
BTG	1.822.488	2.560.003	(1.409.374)	(368.337)		2.604.780
Debêntures	700.000	601.910	(326.986)	(196.344)	(28.796)	749.784
Dívida Bruta	21.201.588	26.101.755	(14.703.992)	(4.621.963)	(28.796)	27.948.592
Caixa e Aplicações Financeiras						1.565.020
Dívida Líquida						26.383.572

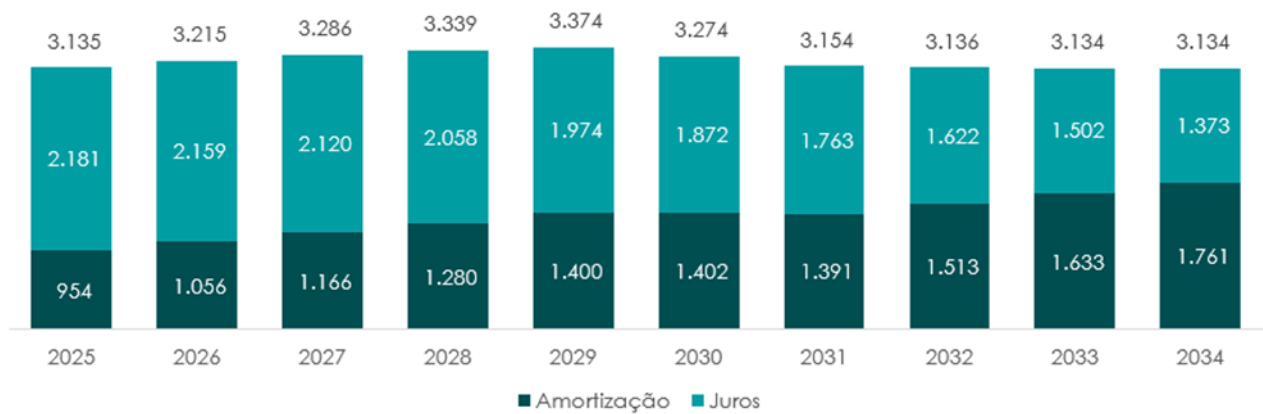
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Apesar da evolução crescente da TJLP ao longo desse período, o aumento no saldo de caixa observado na comparação entre os trimestres contribuiu para a diminuição da dívida líquida, que apresentou queda de 2,41% no 4T25 em relação ao 4T24.

A elevação da TJLP impacta diretamente o custo financeiro da dívida, refletido nas despesas com encargos, mas não interfere de forma imediata na composição do saldo principal. Assim, mesmo diante de um cenário de juros mais elevados, a redução no endividamento bruto e líquido reflete o cumprimento contínuo do cronograma de amortizações dos contratos de financiamento, aliado à ausência de novas liberações desde 2016.

Cronograma de Serviço da Dívida



Em novembro de 2024, teve início a amortização do principal das debêntures, encerrando o período de carência de quatro anos. O cronograma de serviço da dívida contempla, além das debêntures, as obrigações junto ao BNDES. As amortizações das debêntures ocorrerão de forma semestral, nos meses de maio e novembro, até maio de 2030, quando a dívida será totalmente liquidada.

Operação

Geração da usina

					MWh
Mês	UHE Belo Monte	UHE Pimental	Acum 2025	Acum 2024	
Janeiro	4.412.922	112.295	4.525.217	1.321.071	
Fevereiro	5.084.679	141.252	5.225.931	4.238.623	
Março	5.970.631	121.014	6.091.645	4.586.350	
Abril	5.882.644	136.334	6.018.978	4.458.312	
Maio	4.190.631	164.380	4.355.011	4.635.388	
Junho	1.529.537	159.696	1.689.233	1.191.708	
Julho	602.681	109.579	712.260	338.785	
Agosto	222.007	83.482	305.489	248.140	
Setembro	184.541	64.377	248.918	188.256	
Outubro	187.265	55.396	242.661	105.180	
Novembro	180.413	56.437	236.850	111.496	
Dezembro	965.506	73.676	1.039.182	1.267.376	
Total	29.413.457	1.277.918	30.691.375	22.690.685	

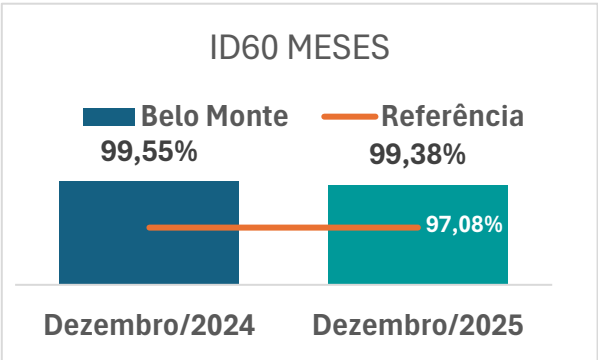


No 4T25, a produção de energia do Complexo UHE Belo Monte foi superior à realizada no mesmo período de 2024. Com base no desempenho do comportamento hidrológico observado ao longo do trimestre, com vazão afluyente ao Rio Xingu abaixo da média de longo termo (MLT) da série histórica, próximo a 65%. Como consequência, a geração no trimestre foi 2,33% maior em relação ao 4T24, período ainda influenciado pelos efeitos do fenômeno *El Niño*.

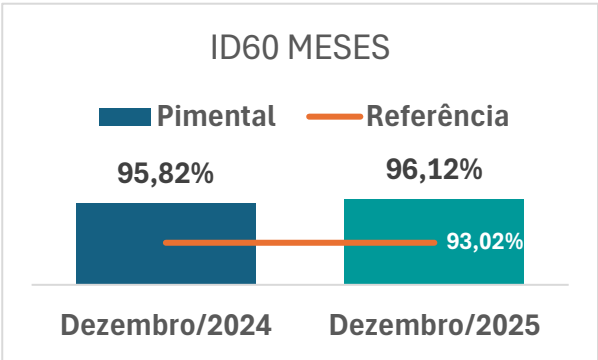
Com a condição hidrológica mais favorável no mês de dezembro, a UHE Belo Monte chegou a contribuir, em determinados momentos, com mais de 9% da demanda da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN) nos patamares de carga pesada. Essa contribuição também foi responsável pela redução da necessidade de geração térmica, ao mesmo tempo em que auxiliou na recuperação dos reservatórios da região Sudeste.

Índice de Disponibilidade (ID)

A disponibilidade das usinas na média móvel de 60 meses usado para aplicação do Mecanismo de Redução da Garantia Física (MRGF) finalizou o 4º trimestre conforme a seguir:



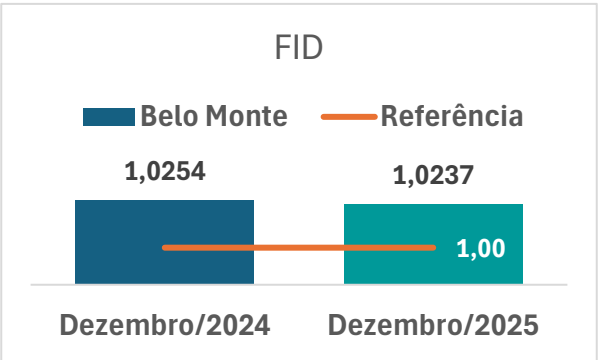
Belo Monte (Referência: 97,08%)



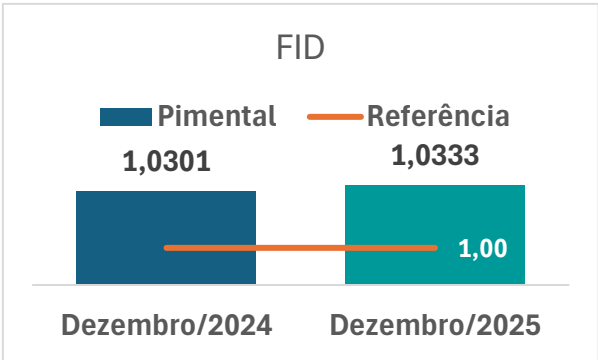
Pimental (Referência: 93,02%)

Fator de Disponibilidade (FID)

A razão entre o valor de referência e o valor atual do ID representa o FID de cada usina, concluindo o 4º trimestre conforme a seguir:



Belo Monte (Referência: 1,000)



Pimental (Referência: 1,000)



Socioambiental

Entre os meses de outubro a dezembro – 4º trimestre de 2025, a Norte Energia deu continuidade ao cumprimento dos compromissos do licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte, com destaque para o encerramento do Programa de Monitoramento de Sismicidade, evidenciando a evolução no atendimento às condicionantes ambientais do empreendimento.

De maneira consolidada, o Projeto Básico Ambiental (PBA), aprovado em 2011, originalmente composto por 117 projetos, mantém atualmente 42 projetos em execução, o que representa uma redução de aproximadamente 64% em relação ao escopo inicial. Esse resultado reflete o acompanhamento diligente da Companhia, alinhado a interações técnicas efetivas com o órgão licenciador, visando evidenciar o cumprimento dos objetivos estabelecidos e viabilizar o encerramento regular das ações previstas.

No período, merece destaque a entrega de infraestruturas construídas no âmbito do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte. Entre as principais entregas, incluem-se as 31 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBS-I) destinadas ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Altamira (PA), a Escola Indígena *Tjibie Arara*, a Casa de Memória do Xingu e a Casa de Artesanato de Altamira, transferidas à gestão da Prefeitura de Altamira, no estado do Pará, bem como 30 habitacionais anteriormente desocupadas no Reassentamento Urbano Coletivo Tavaquara (sexto reassentamento construído pela Companhia).



Entrega da Casa de Artesanato de Altamira



Entrega da Casa de Memória do Xingu

Com relação aos compromissos do Componente Indígena, houve avanço na atualização da Matriz de Impactos e na revisão do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), com destaque para as reuniões de campo realizadas nas Terras Indígenas *Arara* da Volta Grande do Xingu e *Paquçamba*, áreas prioritárias por se localizarem no Trecho de Vazão Reduzida, classificado como Área de Influência Direta do empreendimento. Nessas agendas, avançou-se na elaboração dos Planos de Consulta e levantamento de dados qualitativos, essenciais para o processo de revisão das ações nessas terras indígenas.

Em alinhamento à agenda da COP 30, a Norte Energia apoiou o Ministério dos Povos Indígenas na viabilização do Programa Aldeia COP, que reuniu mais de 3,5 mil representantes de 385 etnias globais em Belém (PA), incluindo as nove etnias do Médio Xingu. Paralelamente, a empresa apoiou a exposição fotográfica “Ecos do Xingu”, que apresentou registros de Walda Marques e os resultados do projeto de design e artesanato executado de forma participativa junto aos povos *Juruna* e *Arara* da Volta Grande do Xingu (PBA-CI), integrando os conceitos de preservação ambiental e fomento à economia criativa nos espaços *Green Zone* e Casa das Artes.



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Destaca-se, ainda, a parceria da Norte Energia para realização do *Altamira Summit 2025*, organizado pela *Team Europe Initiative on Deforestation-free Value Chains* no Brasil, com apoio do projeto SAFE, por meio da GIZ - Cooperação Alemã. A agenda reuniu atores globais de mais de 24 países, engajados na promoção de cadeias produtivas justas, sustentáveis e livres de desmatamento, e incluiu uma visita à propriedade da empreendedora indígena *Katyana Xipaya*, como referência de práticas de produção sustentável apoiadas pela Norte Energia.

No eixo dos projetos de geração de renda, merece destaque a concessão do selo artesanal pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) à agroindústria de farinha implementada pela Norte Energia para a Associação Indígena *Juruna Tubyá*. A associação, que representa indígenas residentes na cidade de Altamira (PA), recebeu o primeiro certificado de registro de produtos artesanais emitido pela Adepará para um empreendimento indígena no Estado do Pará, marco relevante para a inclusão produtiva e a valorização da economia local.



Elaboração do plano de consulta na Terra Indígena Paquicamba



Primeira casa de farinha indígena certificada pela Adepará



Visita da equipe da *Team Europe Initiative on Deforestation-free Value Chains* à propriedade da indígena *Katyana Xipaya*



Elaboração do plano de consulta na Terra Indígenas Arara da Volta Grande do Xingu

No que se refere às famílias ribeirinhas, a Norte Energia intensificou o fortalecimento do diálogo institucional, por meio de reuniões com a participação do Conselho Ribeirinho, Ministério Público Federal, prefeituras municipais, Incra e Ibama. Essas interações têm como objetivo a construção de uma agenda positiva, voltada ao andamento das ações que compõem o Projeto Ribeirinho, incluindo serviços para realocação das famílias, apoio a atividades produtivas, apoio financeiro, infraestruturas de educação e saúde.

Quanto ao público pescador, a Companhia finalizou a análise dos 6.014 estudos de casos para fins de recebimento da verba de reparação determinada pelo Ibama. Os critérios de elegibilidade, validados pelo órgão licenciador, resultaram no reconhecimento de 711 pescadores elegíveis, comprovadamente impactados pela formação do Reservatório Xingu. Simultaneamente, manteve-se a interlocução



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

técnica com o Ibama e Ministério da Pesca e Aquicultura, visando o alinhamento e validação das medidas de prevenção e mitigação, por meio do Plano de Trabalho Integrado da Pesca.

No âmbito do Programa de Educação Ambiental, destacam-se as ações de sensibilização e engajamento comunitário, como o Projeto Espaços Verdes e a campanha institucional sobre o período de defeso, realizada em cooperação técnica com a Secretaria de Meio Ambiente de Vitória do Xingu (PA). As iniciativas incluíram a exposição de acervo educativo sobre a ictiofauna no Sistema de Transposição de Embarcações, bem como as ações educativas relacionadas às normas do período defeso. Adicionalmente, o Programa marcou presença na 35ª Exposição Agropecuária de Altamira - Expoalta, com a doação de mudas de espécies nativas ao público visitante do estande institucional da Companhia.

No quarto trimestre de 2025, também foi dada continuidade aos programas de monitoramento da fauna, flora e qualidade hídrica, bem como aos indicadores dos meios físico e biótico. Essas ações asseguram a integridade, consciência e robustez das séries históricas mantidas pela Norte Energia desde a fase de implantação do empreendimento, constituindo um dos maiores acervos de informações ambientais da região, com contribuição direta para o avanço do conhecimento científico sobre a Amazônia e para a proteção de espécies endêmicas.

Dentre as iniciativas do período, destaca-se a ação de voluntariado “Tartarugas do Xingu”, realizada por meio de uma cooperação técnica com o Ideflor-Bio e o Ibama, no âmbito do Projeto de Manejo de Quelônios, em interface com o Programa de Educação Ambiental. Em dezembro de 2025, a iniciativa promoveu a soltura de 14.623 filhotes das espécies tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*), tracajá (*Podocnemis unifilis*) e pitui (*Podocnemis sextuberculata*) no rio Xingu, com a participação de 166 voluntários da Companhia e alunos da rede pública de ensino, reforçando o compromisso com a conservação da biodiversidade e a sensibilização ambiental.



Ação voluntária Tartarugas do Xingu



Ação voluntária Tartarugas do Xingu

Por fim, a Norte Energia reafirma seu compromisso com a conformidade ambiental no contexto do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte. As ações da Companhia são submetidas trimestralmente à auditoria independente dos Princípios do Equador, assegurando conformidade com os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC) e com as melhores práticas internacionais de gestão socioambiental, contribuindo para o fortalecimento da governança socioambiental do empreendimento e da relação com as partes interessadas.



Transparência

Programa Conheça Belo Monte

No quarto trimestre de 2025, o Programa Conheça Belo Monte recebeu 1.203 visitantes na maior hidrelétrica 100% brasileira. A iniciativa tem como propósito promover a transparência, fortalecer o relacionamento com os públicos estratégicos — especialmente as comunidades do entorno — e contribuir para a consolidação de uma imagem institucional positiva do empreendimento, reforçando o compromisso da Companhia com o diálogo e a comunicação social.

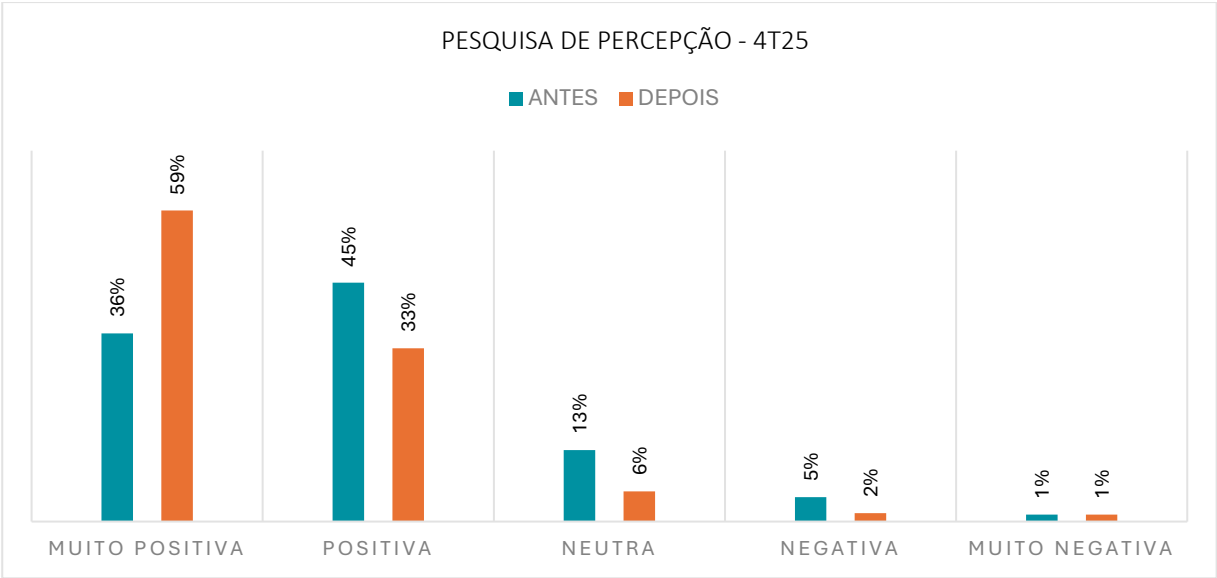


Visita realizada em dezembro de 2025 com o SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO (SCFV) de Belo Monte.

Dentre as atividades realizadas no período, destaca-se a visita ocorrida em dezembro de 2025 com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de Belo Monte, ocasião em que foi realizada a primeira ação de plantio de mudas no Complexo da UHE Belo Monte, integrada às ações do Programa Conheça Belo Monte, associando educação ambiental e engajamento comunitário.

Ao longo do tour, é realizada uma coleta estruturada de percepções dos visitantes, por meio da pesquisa aplicada antes e depois da visita, com o objetivo de avaliar a evolução das percepções sobre o empreendimento. As questões abordam, respectivamente, a avaliação dos visitantes sobre a construção da UHE Belo Monte na região antes da visita e a percepção após a visita.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



A pesquisa de percepção revelou os seguintes resultados: houve um aumento de 11% na aprovação (de 81% para 92%), uma queda de 13% para 6% na avaliação neutra, e a visão desfavorável diminuiu de 7% para 1%, reforçando a efetividade do programa como instrumento de comunicação e transparência.

Central Belo Monte 24 horas (0800 091 2810)

O serviço de atendimento telefônico gratuito, disponibilizado pela Companhia para registro de solicitações, reclamações e esclarecimento de dúvidas, registrou 137 atendimentos no trimestre, dos quais 78,36% foram concluídos dentro do período, evidenciando a eficiência do canal e a capacidade de resposta da Companhia às demandas da sociedade.

Sustentabilidade e ESG

A Norte Energia desempenha um papel estratégico no desenvolvimento sustentável da Amazônia, sendo responsável pela operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, o maior empreendimento de geração de energia 100% nacional em operação. A companhia contribui de forma relevante para a segurança energética, a diversificação da matriz elétrica e a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN), assegurando o fornecimento de energia limpa, renovável e em larga escala.

Inserida em um contexto de crescente demanda por eletricidade e de intensificação dos desafios climáticos, a atuação da Norte Energia está estruturada em três pilares estratégicos: geração de energia renovável de baixa intensidade de carbono, desenvolvimento socioeconômico regional e proteção e conservação da floresta na Bacia do Xingu. Essa abordagem integrada permite alinhar eficiência operacional, responsabilidade socioambiental e inovação, consolidando Belo Monte como um ativo essencial da transição energética brasileira.

Geração de Energia Renovável

No âmbito ambiental e climático, a UHE Belo Monte se destaca entre os empreendimentos hidrelétricos de menor intensidade de carbono em escala global. Estudo publicado na revista Clean Energy, da Universidade de Oxford, indicou que as emissões do reservatório são 33,3% inferiores às estimativas anteriores, posicionando Belo Monte entre as hidrelétricas com melhor desempenho ambiental do mundo.



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em 2025, a Companhia também marcou presença em fóruns internacional, com a Conferência das Partes (COP), reforçando o papel das hidrelétricas como vetores estruturantes da transição energética e da agenda climática global, por meio da apresentação de soluções inovadoras de mobilidade sustentável desenvolvidas no contexto amazônico.

Desenvolvimento Socioeconômico Regional

No pilar de desenvolvimento socioeconômico, a Norte Energia manteve, por meio do programa Belo Monte Comunidade, iniciativas voltadas às comunidades do entorno do empreendimento, abrangendo áreas como educação, cultura, geração de trabalho e renda, inclusão digital, esporte e voluntariado.

Entre os destaques do período, estão ações de capacitação profissional, projetos de educação ambiental e tecnológica, iniciativas de fomento à cultura regional e programas sociais voltados a crianças, adolescentes e populações tradicionais, reforçando o compromisso da Companhia com a inclusão social e o desenvolvimento territorial sustentável.

O Belo Monte Comunidade também promoveu ações de capacitação profissional, incluindo cursos de Artesanato de bordados em sandálias decoradas e Corte e Costura, realizados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).



Jornada COP 30 – Unindo bairros, transformando o futuro

No campo da governança e direitos humanos, a Norte Energia manteve avanços na diversidade de gênero nas instâncias decisórias e promoveu treinamentos específicos para colaboradores e terceiros, fortalecendo a cultura de respeito aos direitos fundamentais ao longo de toda a cadeia de valor. Como resultado dessas iniciativas estruturadas de prevenção e conscientização, não houve registros de denúncias relacionadas a Direitos Humanos nos canais de compliance no período, refletindo a efetividade das ações implementadas.



Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Contribuir para a Proteção e Conservação da Floresta na Bacia do Xingu

No pilar ambiental, a Norte Energia avançou de forma consistente na proteção da Amazônia e na conservação da Bacia do Rio Xingu, com destaque para continuidade da iniciativa Floresta Viva, que ampliou ações voltadas à restauração florestal, conservação da biodiversidade e geração de benefícios socioambientais duradouros.

Adicionalmente, a adesão ao movimento Impacto Amazônia, iniciativa das Nações Unidas, reforça o alinhamento da atuação da Norte Energia às agendas de clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, integrando inovação, inclusão social e geração de valor compartilhado.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Anexo I - Balanço Patrimonial

	31/12/2025	31/12/2024	R\$ Mil %
Ativo	41.061.759	42.764.396	-4%
Circulante	2.564.063	2.322.930	10%
Caixa e equivalentes de caixa	847.695	796.696	96%
Aplicações financeiras	717.325	430.915	-100%
Contas a receber de clientes	757.580	868.576	-13%
Tributos a recuperar	109.731	103.704	6%
Despesas antecipadas	41.328	42.532	-3%
Outros créditos	90.404	80.509	12%
Não circulante	38.497.696	40.441.466	-5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	125.093	115.915	8%
Tributos a recuperar	5.258	5.258	0%
Depósitos judiciais e cauções	676.306	695.794	-3%
Outros créditos	6.060	10.795	-44%
Imobilizado	37.013.992	38.956.869	-5%
Intangível	670.987	656.835	2%
Passivo e Patrimônio Líquido	41.061.759	42.764.396	-4%
Circulante	2.647.812	2.539.956	4%
Fornecedores	756.678	837.171	-10%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.176.306	1.055.981	11%
Partes relacionadas	105.411	94.136	12%
Uso do bem público (UBP)	102.682	100.834	2%
Provisões socioambientais	280.198	243.668	15%
Outras contas a pagar	226.537	208.165	9%
Não circulante	30.365.532	30.637.340	-1%
Fornecedores	199	333	-40%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.772.286	27.206.815	-2%
Uso do bem público (UBP)	235.756	249.214	-5%
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	175.768	221.930	-21%
Provisões socioambientais	2.186.193	2.487.641	-12%
Outras contas a pagar	995.330	471.407	111%
Patrimônio líquido	8.048.415	9.587.101	-16%
Capital social integralizado	13.388.510	13.383.522	0%
Prejuízos acumulados	(5.340.095)	(3.796.421)	41%

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

**Imprensa**

imprensa@norteenergiasa.com.br

Central Belo Monte 24h

0800 091 2810

Website

norteenergiasa.com.br

Brasília - DF

Edifício General Alencastro Torre B - 3º andar
SEPS Q 702/902, Conjunto B, Bloco A - Asa Sul
CEP: 70.390-025 - Fone: +55 61 3410 2010

Vitória do Xingu - PA

Rodovia Transamazônica BR 230
Km 52, S/N - Sítio Belo Monte
CEP: 68.383-970 - Fone: +55 93 3502 4400

Altamira - PA

Av. Tancredo Neves, 5002
Jardim Independente II
CEP: 68.372-222 – Fone: (93) 3502 4400

Este documento contém informações gerais da **Norte Energia S.A.** compreendidas como um conjunto restrito de dados destinados, exclusivamente, ao público deste documento. O conteúdo constitui informação sensível e é estritamente confidencial, não podendo ser reproduzido, no todo ou em parte, disponibilizado, distribuído ou transmitido a qualquer pessoa que não seu(s) destinatário(s), bem como não gera nenhuma obrigação à Norte Energia – a não ser que expressamente explícito. Em nenhuma hipótese as informações aqui transmitidas poderão ser utilizadas em desacordo com as Políticas da Companhia, com os normativos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais disposições do ordenamento jurídico brasileiro.

Proposta de Orçamento de Capital

Orçamento de Capital e Usos e Fontes

31 de dezembro de 2025

ORÇAMENTO DE CAPITAL 2026

Proposta de Orçamento de Capital

CONTAS (R\$ MIL)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS	21.753	22.382	21.143	21.367	22.793	25.800	24.249	23.347	23.943	22.201	22.788	19.667	271.435
Socioambiental	18.357	19.176	17.936	18.161	19.587	22.524	21.043	20.140	20.737	18.995	19.581	16.641	232.877
Pessoal (Capex)	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	2.065	1.884	24.599
PDRS Xingu	792	792	792	792	792	792	792	792	792	792	792	792	9.500
Segurança Corporativa - Socioambie...	540	350	350	350	350	420	350	350	350	350	350	350	4.460
CAPEX	1.100	1.143	1.540	2.559	4.052	3.639	5.028	3.589	3.089	2.784	1.706	1.323	31.554
Operação e Manutenção	667	467	777	1.042	3.189	1.567	2.212	1.687	1.292	1.717	765	382	15.762
Implantação das estruturas definitivas	228	228	588	759	759	759	1.059	1.059	1.059	888	888	888	9.163
Segurança de Barragens	13	13	136	568	63	601	623	623	698	88	13	13	3.452
Ativos Administrativos		150				550	731						1.431
Suprimentos Logística	100	100		150		123	241	180		50			944
Outros Ativos	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	360
Administrativo e SGI	10	10	10	10	10	10	132	10	10	10	10	10	245
Controladoria	53	145											198
ESTOQUE	2.625	750	750	2.775	900	750	2.625	750	750	2.625	750	750	16.800
Sobressalente UHBM	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750	9.000
Sobressalente UHPI	1.875			1.875			1.875			1.875			7.500
Estoque Estratégico				150	150								300
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	375	499	283	1.278	470	225	1.064	462	1.201	306	243	1.274	7.680
Informática	188	186	170	1.075	209	211	520	363	558	272	243	269	4.265
Informática - Licença Software	187	249	113	104	228	13	525	69	136	32		1.005	2.659
Informática - Hardware		64		99	34		19	31	507	2			756
Total	25.853	24.775	23.716	27.979	28.215	30.415	32.967	28.149	28.984	27.916	25.487	23.015	327.470

USOS E FONTES 2026

Proposta de Orçamento de Capital

FLUXO DE CAIXA	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	TOTAL 2026
Saldo Inicial	1.565.020	1.533.124	1.581.659	1.231.379	1.227.112	1.115.619	1.103.788	1.078.739	1.169.697	1.221.587	859.694	747.145	1.565.020
Operacionais	223.991	297.802	-100.493	251.654	247.756	252.015	256.778	352.307	315.107	248.330	254.556	260.903	2.860.708
Fontes de Venda de Energia	603.278	599.659	568.678	591.214	573.647	568.099	568.524	616.213	598.474	575.849	607.153	596.171	7.066.959
ACL	54.380	47.066	42.511	47.066	46.509	48.059	46.509	51.227	46.020	44.536	46.020	44.536	564.439
ACR	446.996	456.571	439.574	447.250	440.814	427.819	407.528	408.292	419.185	429.473	454.465	456.599	5.234.564
APE	97.992	95.029	69.324	76.018	76.563	78.626	79.194	104.748	104.423	101.652	104.016	91.256	1.078.842
MCP CCEE	3.910	993	17.269	20.880	9.761	13.594	35.293	51.946	28.846	189	2.652	3.781	189.113
Outras Fontes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Encargos Regulatórios	-209.518	-221.907	-594.189	-260.937	-249.635	-249.380	-249.390	-226.243	-211.295	-207.242	-207.119	-206.650	-3.093.505
Compra de Energia	-98.579	-5.885	-1.383	-1.531	-1.482	-1.531	-1.482	-1.531	-5.498	-57.178	-80.940	-65.040	-322.058
PMSO	-22.502	-16.860	-20.358	-19.592	-30.332	-21.174	-19.449	-19.541	-21.216	-19.546	-19.418	-18.537	-248.526
Despesas Administrativas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Material	-263	-101	-517	-264	-156	-375	-206	-215	-154	-199	-162	-203	-2.817
O&M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	-3.548	-1.289	-1.349	-1.645	-1.431	-1.441	-1.562	-1.048	-1.709	-1.499	-1.383	-948	-18.853
Pessoal	-10.316	-10.362	-10.432	-10.365	-21.648	-10.365	-10.371	-10.378	-10.352	-10.338	-10.474	-10.400	-135.801
Serviços	-8.375	-5.109	-8.060	-7.317	-7.097	-8.993	-7.310	-7.899	-9.001	-7.510	-7.398	-6.985	-91.055
Tributos	-37.765	-46.194	-42.295	-46.236	-43.966	-43.712	-40.996	-16.508	-45.259	-43.446	-45.032	-44.969	-496.378
Outras Despesas	-10.923	-11.011	-10.945	-11.264	-475	-287	-430	-83	-98	-107	-88	-73	-45.785
Investimento	-33.041	-25.685	-23.934	-26.674	-28.087	-30.318	-32.415	-27.618	-28.344	-377.125	-26.956	-21.847	-682.043
CAPEX	-33.041	-25.685	-23.934	-26.674	-28.087	-30.318	-32.415	-27.618	-28.344	-377.125	-26.956	-21.847	-682.043
Financiamentos	-222.846	-223.582	-225.853	-229.247	-331.163	-233.529	-249.413	-233.730	-234.874	-233.098	-340.150	-240.224	-2.997.708
Despesas Financeiras	-530	-490	-2.066	-506	-498	-2.114	-17.490	-501	-2.153	-487	-496	-2.117	-29.448
Conta Reserva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras Fontes	25.593	25.315	25.122	20.652	20.682	18.906	18.856	18.008	18.974	19.554	16.055	15.015	242.732
Serviço da Dívida	-247.909	-248.408	-248.910	-249.392	-351.346	-250.320	-250.779	-251.238	-251.695	-252.165	-355.708	-253.122	-3.210.993
Saldo Final	1.533.124	1.581.659	1.231.379	1.227.112	1.115.619	1.103.788	1.078.739	1.169.697	1.221.587	859.694	747.145	745.977	745.977

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Norte Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos
(Notas 3.3.15, 3.4.5 e 25)

A Companhia apurou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos provenientes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, considerados recuperáveis com base em estudo elaborado pela administração sobre as projeções de lucros tributáveis que estarão disponíveis no futuro para a realização desses tributos.

Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos a fim de determinar a base tributária futura advinda das projeções de resultado da Companhia.

Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes nas projeções de lucros tributáveis da Companhia e, conseqüentemente, no valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras, considerando o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não utilizados. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração dos tributos diferidos.

Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, analisando a razoabilidade de sua formação histórica, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes.

Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas no estudo de projeções de lucros tributáveis futuros e (ii) do prazo de realização dos tributos diferidos ativos. Avaliamos também, se as projeções indicavam lucros tributários futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos registrados, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração, bem como as

divulgações feitas sobre o tema, estão consistentes com dados e informações obtidos.

Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível (Notas 3.4.2, 8 e 9)

O ativo imobilizado e intangível da Companhia é composto principalmente pelos custos de construção e extensão do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, sua única unidade geradora de caixa (UGC). Uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da UGC à qual os saldos se relacionam. Essas projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades da UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como metodologia de fluxo de caixa descontado, período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia para o ativo imobilizado e intangível. Além dos fatores citados acima, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos esse tema como foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível Companhia.

Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como metodologia de fluxo de caixa descontado, período de projeção, taxa de desconto WACC, volume físico de energia, tarifas, custos e despesas projetadas e perspectivas de crescimento da economia brasileira, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado.

Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos.

Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis são consistentes com dados e informações obtidos.

Provisões socioambientais (Notas 3.4.3 e 18)

A Companhia reconheceu provisões socioambientais relacionadas aos compromissos assumidos em seus contratos de concessão para mitigar impactos ambientais e sociais decorrentes de suas operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Consideramos que essa é uma área de foco de auditoria, uma vez que a avaliação efetuada pela administração envolve julgamentos significativos e subjetivos para determinar o valor das provisões, com base nos estudos de impacto ambiental e nas exigências regulatórias aplicáveis.

Quaisquer mudanças nas estimativas e premissas significativas podem trazer impactos relevantes no valor das provisões socioambientais reconhecidas nas demonstrações financeiras, considerando as condições ambientais e sociais específicas dos projetos em execução. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para apuração e mensuração das provisões socioambientais.

Testamos as bases de cálculo das provisões, analisando a razoabilidade de sua formação histórica e confrontando-as com os relatórios de impacto ambiental e as exigências regulatórias correspondentes.

Avaliamos a razoabilidade (i) das principais premissas adotadas pela administração contidas nos estudos de impacto e nos planos de mitigação e (ii) do prazo de execução das medidas socioambientais. Avaliamos também se as provisões indicavam valores suficientes para cobrir os compromissos assumidos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com

as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que,

eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de janeiro de 2026

PricewaterhouseCoopers Marcos Magnusson de Carvalho
Auditores Independentes Ltda. Contador CRC 1SP215373/O-9
CRC 2SP000160/F-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**CONSELHO FISCAL****PARECER CF - 01/2026**

Assunto: Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório da Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal da Norte Energia S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu e examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório de Administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, conforme apresentação realizada pela Diretoria Administrativa Financeira e de Relações com Investidores e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), e com base no material de suporte disponibilizado e acompanhamento do Conselho Fiscal ao longo do exercício de 2025.

Considerando as análises precursoras, a saber: os exames efetuados, os esclarecimentos prestados, o relatório final da PwC, manifestado sem ressalvas e sem ênfases, emitido nesta data, bem como a recomendação do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos, emitida em 23 de janeiro de 2026 (146ª reunião), o Conselho Fiscal opina no sentido de que as informações constantes nos referidos documentos disponibilizados retratam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da Norte Energia e considera que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação dos senhores acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2026. _____

Marcos José Lopes

Presidente do Conselho Fiscal _____

Carolina Gonçalves de B. Mello Araújo

Secretária da Reunião

Daniel Peconick Silva

Conselheiro _____

Ronaldo Alves Pereira Pires

Conselheiro

Luiz Eduardo Marques Moreira

Conselheiro _____

Cairê Moura Franco

Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARECER / DECLARAÇÃO DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as Demonstrações Financeiras da Norte Energia S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Brasília, 28 de janeiro de 2026

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA (31 DE DEZEMBRO DE 2025)

Nome	Cargo
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
Júlio Cesar de Oliveira Freitas	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
Wady Charone Júnior	Diretor de Operação e Manutenção
Sílvia Curia de Melo Cabral	Diretora de Regulação e Comercialização

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARECER / DECLARAÇÃO DIRETORES SOBRE RELATÓRIO EMITIDO PELA PWC

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e estamos de acordo com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Norte Energia S.A, emitido em 28 de janeiro de 2026 sobre as suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 28 de janeiro de 2026

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORIA (31 DE DEZEMBRO DE 2025)

Nome	Cargo
------	-------

Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor-Presidente
-----------------------------	--------------------

Júlio Cesar de Oliveira Freitas	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores
---------------------------------	---

Wady Charone Júnior	Diretor de Operação e Manutenção
---------------------	----------------------------------

Sílvia Curia de Melo Cabral	Diretora de Regulação e Comercialização
-----------------------------	---